



Revisão do Plano Diretor Municipal de Cabedelo – PB

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

Etapa 4 – Institucionalização do PDM

Histórico de versões

Versão 1: 23/10/2023

Versão 2: 17/11/2023

VERSÃO PRELIMINAR

VERSÃO PRELIMINAR

Apresentação

Este relatório é parte integrante da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cabedelo – PB, referente ao Contrato nº. 004/2023 firmado entre a Prefeitura Municipal de Cabedelo – PB e a URBTEC™ na data de 18 de janeiro de 2023, com Ordem de Serviço expedida em 07 de fevereiro de 2023.

Comissão Técnica Municipal

Portaria nº 3.707/2023

FLAVIO HENRIQUE DANTAS DA NÓBREGA | TITULAR
LIVIA LIRA PIRES DE ASSIS | SUPLENTE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EMANUEL SARMENTO MARACAJÁ | TITULAR
ARMENIA NERY DE MIRANDA PINTO | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DO CONTROLE DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

JEYZON HENDREW SOUSA DE FARIAS | TITULAR
MATHEUS ABRANTES CAVALCANTE AYRES | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, PESCA E AQUICULTURA

EDME QUEIROGA LIRA | TITULAR
CARMEN JULIETA VILARIM GOMES | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DA RECEITA

RODRIGO MARTINES MOREIRA DE LIMA | TITULAR
WELLINGTON ARAÚJO OLIVEIRA | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

LEANDRO BORBA GOMES | TITULAR
SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E INSTITUCIONAL

PRETONIO SILVA PEREIRA | TITULAR
THIAGO RODRIGUES DIAS | SUPLENTE
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

Grupo de Acompanhamento

EDLGEY BEZERRA DE CARVALHO
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

HANNE GABRIELLE DE ARRUDA OLIVEIRA
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

TALITA BALBINO
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

ADALBERTO JOSÉ ROSSI
INSTITUTO VIVA CLAUDINHA

AGUINALDO GONÇALVES DA SILVA
MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA PELA MORADIA

ANDRÉA KARLA DA SILVA MIRANDA
COLETIVO CABEDEL FORTE

DIEGO DA SILVA FRANÇA
COLETIVO CABEDEL FORTE

KARINA PEREIRA SOUTO
COLETIVO CABEDEL FORTE

EDILSON LIMEIRA
COLETIVO CABEDEL FORTE

VALÉRIA VON BULDRING
CENTRO NÁUTICO JACARÉ

UBIRAJARA MARQUES DE ALMEIDA LIMA JUNIOR
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 21ª REGIÃO DA PARAÍBA

JULLIANA QUEIROGA DE LUCENA
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DA PARAÍBA

VALÉRIA CAMBOIM GOÉS
INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA

ILTON DA COSTA SOUZA FILHO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

MARIETA CAMPOS REZENDE
FUNDAÇÃO FORTALEZA DE SANTA CATARINA

SEBASTIÃO FELINTRO
ASSOCIAÇÃO PORTAL DO POÇO

RUAN PONTES NAVARRO LIMA
GREENPEACE JOÃO PESSOA

ISAAC DA SILVA BARBOSA
SOCIEDADE DE AÇÃO COMUNITÁRIA DO JACARÉ

NIDIA MARIA LORENCATO PAZZINI
ASSOCIAÇÃO AMAZÔNIA PARK

ANA LÚCIA FRANÇA
ASSOCIAÇÃO GUAJIRU

SUENIO SOARES DO RAMOS
ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RENASCER II

JOSÉ EDGLEI RAMALHO
ASSOCIAÇÃO FREI GREGÓRIO

NISELMA DO NASCIMENTO SANTOS
ASSOCIAÇÃO DE MÃES PAIS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

JANAINA CLEA CARVALHO CAVALCANTI
INSTITUTO SOCIAL ESPORTE E CIDADANIA SURF ESCOLA

FRANÇUALDO ALVES DA SILVA
COLETIVO EM DEFESA DO MEIO AMBIENTE - INTERMARES

Equipe Técnica Principal URBTEC™

GUSTAVO TANIGUCHI | COORDENADOR
MSc. ENGENHEIRO CIVIL

MANOELA FAIGENBAUM FEIGES | COORDENADORA ADJUNTA
MSc. ARQUITETA URBANISTA

ALTAIR ROSA
DR. ENGENHEIRO AMBIENTAL

MARIANO MATOS MACEDO
DR. ECONOMISTA

MAXIMO A. MIQUELES
ESP. ENGENHEIRO CARTÓGRAFO

LUCIANE LEIRIA TANIGUCHI
ESP. ADVOGADA

Equipe Técnica Complementar URBTEC™

ARIADNE CRISTINA FERREIRA DE SOUZA
DESIGNER GRÁFICO E DE PRODUTO

ARTHUR RIPKA BARBOSA
GEÓGRAFO

AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA
DR. GEÓGRAFO

CAMILA SIMONI JUNQUEIRA
Msc. ARQUITETA URBANISTA | ESP. ADVOGADA

CECÍLIA PAROLIM FERRAZ
ENGENHEIRA CARTÓGRAFA E AGRIMENSORA

GIOVANNA KAPASI TRAMUJAS
ARQUITETA URBANISTA

ILANA KRUCHELSKI
ARQUITETA URBANISTA

LISSANDRA BALDISSERA
ARQUITETA URBANISTA

MARISTELA UEMA
ASSISTENTE SOCIAL

MATHEUS ROCHA CARNEIRO
JORNALISTA

OTAVIO SOCACHEWSKY
ARQUITETO URBANISTA

PAULO NASCIMENTO NETO
DR. ARQUITETO URBANISTA

RENATO STALL FILHO
ARQUITETO URBANISTA

SERGIO LUIZ ZACARIAS
MSc. JORNALISTA

TATIANA QUADROS ZARTH
ASSISTENTE SOCIAL

JÚLIA OLIVEIRA RODRIGUES
ESTAGIÁRIA DE ARQUITETURA E URBANISMO

RICARDO LOPES
ESTAGIÁRIO DE LETRAS

Siglas e Abreviaturas

APPs	Áreas de Preservação Permanente
BID	Banco de Desenvolvimento Interamericano
CAGEPA	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CETTRAN	Conselho Estadual de Trânsito
CMPDU	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CRF	Certidão de Regularização Fundiária
DTI	Destino Turístico Inteligente
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIV	Estudo de Impacto de Vizinhança
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICT	Instituto de Ciência e Tecnologia
IFPB	Instituto Federal da Paraíba
MTUR	Ministério do Turismo
OODC	Outorga Onerosa do Direito de Construir
PAI	Plano de Ação e Investimentos
PDM	Plano Diretor Municipal
PEUC	Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios
PGV	Planta Genérica de Valores
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

PMGIRS	Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar
RCC	Resíduos de Construção e Demolição
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SECOS	Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo
SECTIN	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Inovação
SUDEMA	Superintendência de Administração do Meio Ambiente
UCs	Unidades de Conservação

VERSÃO PRELIMINAR

SUMÁRIO

1.	Introdução	13
2.	Plano de Ação e Investimentos	14
2.1.	Aspectos Socioespaciais	18
2.1.1.	Uso e ocupação do solo.....	18
2.1.2.	Estrutura fundiária e aspectos habitacionais	26
2.1.3.	Saneamento básico	31
2.1.4.	Equipamentos comunitários e sociais	38
2.1.5.	Mobilidade urbana	56
2.2.	Aspectos Ambientais	56
2.3.	Aspectos Socioeconômicos	71

Índice de Quadros

Quadro 1 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 1)	18
Quadro 2 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 2)	22
Quadro 3 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 3)	24
Quadro 4 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Estrutura Fundiária e Aspectos Habitacionais (Diretriz 4)	26
Quadro 5 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Estrutura Fundiária e Aspectos Habitacionais (Diretriz 5)	29
Quadro 6 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Saneamento Básico (Diretriz 6)	31
Quadro 7 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais (Diretriz 7)	38
Quadro 8 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais (Diretriz 8)	43
Quadro 9 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais (Diretriz 9)	47
Quadro 10 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 10)	56
Quadro 11 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 11)	59
Quadro 12 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 12)	60
Quadro 13 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 13)	62
Quadro 14 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Ambientais (Diretriz 14)	66
Quadro 15 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Ambientais (Diretriz 15)	68
Quadro 16 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioeconômicos (Diretriz 16)	71

1. Introdução

O presente documento se trata do *Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos* da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Cabedelo. Em conjunto com o *Produto 8 – Minutas dos Projetos de Lei* e o *Produto 9 – Planejamento da Estrutura Organizacional*, o Plano de Ação e Investimentos (PAI) consolida as propostas elaboradas de modo participativo na etapa anterior (*Etapa 3 – Definição e Pactuação das Diretrizes e Propostas*).

O PAI busca guiar a administração pública na implementação das ações para o atingimento dos princípios e objetivos do PDM de Cabedelo. Assim, ele estabelece o detalhamento e o aprimoramento das ações anteriormente propostas no *Produto 6 – Plano de Diretrizes e Propostas Consolidado*, como níveis de prioridade, prazos de execução, custos estimados e responsáveis. Para que seja efetivo, destaca-se que o PAI deve ser incorporado na definição das políticas públicas setoriais e nos instrumentos orçamentários do município.

O capítulo 2 deste documento descreve, primeiramente, os princípios e os componentes do PAI. Em seguida, apresentam-se os quadros das diretrizes, estratégias e ações propostas, com o detalhamento dessas últimas no formato de um plano de ação e investimentos.

2. Plano de Ação e Investimentos

O Plano de Ação e Investimentos (PAI) busca orientar os investimentos a serem realizados e as ações a serem executadas pelo município nos próximos anos de implementação do Plano Diretor, contendo o detalhamento das ações que estruturam as diretrizes e as estratégias previstas na *Etapa 3 – Definição e Pactuação das Diretrizes e Propostas*.

No *Produto 6 – Plano de Diretrizes e Propostas Consolidado*, foram propostas diretrizes (orientações gerais de caráter condutor do planejamento) para o desenvolvimento urbano de Cabedelo, baseadas na construção de cenários da realidade municipal. O encaminhamento dessas diretrizes se deu por meio da especificação de estratégias (que orientam o alcance das diretrizes) que, por sua vez, foram pormenorizadas em ações (atividades específicas a serem executadas para a viabilização das estratégias e diretrizes).

A partir desse conteúdo, então, o PAI detalha as ações propostas em critérios voltados para as suas execuções, definindo prioridades, previsões de investimento necessário, meios de acompanhamento e a programação temporal. Os critérios utilizados para o detalhamento das ações foram os seguintes:

Prioridade: define se a ação é de média ou alta prioridade de implantação para cumprimento dos objetivos da revisão do Plano Diretor;

prazo de execução: tempo previsto para o início e execução da ação, conforme prioridades municipais, definido como curto prazo (em até 3 anos), médio prazo (entre 4 e 6 anos) ou longo prazo (entre 8 e 10 anos);

- **Localização:** local de implantação da ação (podendo ser o município todo ou local específico).
- **Custo estimado:** investimentos necessários para a execução da ação, quando aplicável.
- **Fontes de recursos:** possíveis fontes de recursos para a execução da ação, podendo ser recursos próprios municipais, de fundos, ou de outros entes.
- **Órgãos responsáveis:** secretarias da administração pública municipal executoras da ação; quando a ação envolve mais de uma secretaria ou outros entes parceiros, indica-se como “Principal” a secretaria responsável e coordenadora da ação, e como “Parceiros” os demais.

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

- **Meta:** resultado da execução da ação que se deseja alcançar, expresso por uma quantidade por unidade de tempo.
- **Indicadores de monitoramento:** medida utilizada para quantificar a execução da ação, para permitir seu monitoramento e auxiliar na tomada de decisões para o atingimento da meta.

Destaca-se que para esse detalhamento, as diretrizes, estratégias e ações anteriormente propostas foram também aprimoradas, em função de revisões técnicas e da incorporação de novas contribuições oriundas do processo participativo dessa revisão do Plano Diretor. Assim, o PAI representa a continuidade do trabalho coletivo empreendido na revisão, tendo em vista que as propostas apresentadas são resultado das leituras e proposições técnicas e comunitárias desenvolvidas nas etapas anteriores.

As diretrizes para as quais as ações foram detalhadas correspondem a diferentes aspectos trabalhados ao longo da revisão (Regionais, Socioespaciais, Ambientais e Socioeconômicos) conforme metodologia estabelecida no *Produto 1 – Plano Executivo de Trabalho*. Lembra-se que as proposições relativas aos Aspectos Regionais foram, já no Produto 6, incorporadas nas diretrizes dos demais aspectos, pelo seu caráter intersetorial. Além disso, no caso dos Aspectos Socioespaciais, cada diretriz foi também especificada em temáticas mais particulares, para facilitar a identificação. As diretrizes estabelecidas foram:

- **Aspectos Socioespaciais:**

- *Uso e ocupação do solo:*

- **Diretriz 1:** Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção à uma cidade compacta, conectada e policêntrica.
- **Diretriz 2:** Consolidar a atividade turística sustentável por meio de uma rede especializada de atividades que assuma o protagonismo exercido pelo patrimônio natural, histórico e cultural de Cabedelo para a estruturação do território.

- **Diretriz 3:** Equalizar as demandas logísticas advindas das atividades portuárias e industriais desenvolvidas no município, mitigando conflitos com demais usos urbanos.
- *Estrutura fundiária e aspectos habitacionais:*
 - **Diretriz 4:** Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional.
 - **Diretriz 5:** Garantir o adequado processo de parcelamento e ocupação do solo urbano por meio de processos efetivos e consistentes de licenciamento, monitoramento e fiscalização urbana.
- Saneamento Básico:
 - **Diretriz 6:** Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos).
- Equipamentos comunitários e sociais:
 - **Diretriz 7:** Garantir a qualificação da oferta e distribuição de equipamentos de educação em cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população.
 - **Diretriz 8:** Reduzir a taxa de mortalidade infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo.
 - **Diretriz 9:** Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos

— Mobilidade Urbana:

- **Diretriz 10:** Otimizar o uso da infraestrutura viária existente.
- **Diretriz 11:** Aumentar a atratividade do transporte público coletivo no município e sua utilização pela população.
- **Diretriz 12:** Promover melhores condições de ciclomobilidade para a população de Cabedelo.
- **Diretriz 13:** Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município.

▪ Aspectos Ambientais:

- **Diretriz 14:** Realizar a gestão das áreas de risco de ocupação irregular em áreas ambientalmente frágeis.
- **Diretriz 15:** Realizar a gestão de áreas verdes e áreas especiais em âmbito municipal.

▪ Aspectos Socioeconômicos:

- **Diretriz 16:** Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.

A seguir, apresentam-se os quadros do PAI para cada uma das diretrizes elencadas, com suas respectivas estratégias, bem como as ações detalhadas conforme os critérios descritos anteriormente.

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos
2.1. Aspectos Socioespaciais
2.1.1. Uso e ocupação do solo
Quadro 1 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 1)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO										
DIRETRIZ 1	D1	Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção a uma cidade compacta, conectada e policêntrica								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
E1.1	Fomentar o adensamento das áreas urbanas consolidadas com adequada infraestrutura, qualificando as áreas consolidadas precárias	A1.1.1	Implementar e monitorar a aplicação de instrumentos urbanísticos de indução ao desenvolvimento urbano para estimular a ocupação de vazios urbanos e o adensamento de áreas subutilizadas em compartimentos que já disponham de adequada infraestrutura urbana.	Alta	Longo	Todo o município.	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Consolidar a ocupação mista de alta densidade ao longo das áreas prioritárias de ocupação nos próximos dez anos. - % de adensamento das áreas prioritárias de ocupação - % de vazios urbanos ocupados
		A1.1.2	Fomentar a ocupação mista e intensiva dos lotes em áreas prioritárias de ocupação, com a confluência de atividades de comércio, serviço e moradia em consonância aos coeficientes máximos permitidos, gerando vitalidade urbana e a oferta de serviços vicinais para os moradores do entorno, estimulando a redução dos deslocamentos cotidianos e a apropriação do espaço público pelos moradores.	Alta	Longo	Todo o município.	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Consolidar a ocupação mista de alta densidade ao longo das áreas prioritárias de ocupação nos próximos dez anos. - % de adensamento das áreas prioritárias de ocupação - % de lotes com uso misto nas áreas prioritárias de ocupação

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO										
DIRETRIZ 1	D1	Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção a uma cidade compacta, conectada e policêntrica								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A1.1.3	Restringir a expansão da ocupação urbana sobre áreas ambientalmente sensíveis e áreas sem suficiente infraestrutura a partir de ações integradas de fiscalização urbana e de educação socioambiental, articuladas à instalação de equipamentos comunitários que estabeleçam limites espaciais para tais vetores de ocupação.	Alta	Médio	Todo o município.	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Realização de duas ações extensiva de educação ambiental por ano. Estabelecer uma rotina frequente de ações de fiscalização urbana sob áreas ambientalmente frágeis com risco de ocupação em até 5 anos.	- % de áreas ambientais sensíveis não ocupadas. - % de áreas sem disponibilidade de infraestrutura sem ocupação urbana. - Número de equipamentos comunitários instalados em áreas estratégicas
	A1.1.4	Implementar mecanismos de controle efetivo dos impactos de grandes empreendimentos, como o EIV, estabelecendo medidas mitigatórias e compensatórias para sua instalação e funcionamento.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	EIV regulamentado em Cabedelo e efetivamente implementado em até 3 anos.	- Legislação de regulamentação do EIV aprovada. - Fluxo operacional estabelecido e em funcionamento. - Controle das medidas compensatórias e mitigatórias estabelecidos para os empreendimentos.
	A1.1.5	Desenvolver projetos técnicos específicos para quantificação das necessidades efetivas de expansão e instalação de redes de infraestrutura urbana mínima no município, de forma a delinear de forma precisa os recursos financeiros necessários e as fontes possíveis para sua consecução.	Alta	Médio	Todo o município	R\$ 500.000 * para contratação dos projetos técnicos	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Infraestrutura Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Identificação precisa das necessidades de expansão e melhoria da infraestrutura urbana de Cabedelo em até 5 anos.	- % de conclusão dos estudos e projetos técnicos de quantificação das necessidades de expansão e instalação de redes de infraestrutura urbana

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO										
DIRETRIZ 1	D1	Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção a uma cidade compacta, conectada e policêntrica								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A1.1.6	Promover a qualificação urbanística e habitacional das comunidades tradicionais locais, garantindo sua adequada integração à rede urbana e criando condições de articulação às demais atividades turísticas locais	Alta	Longo	Comunidades tradicionais de Cabedelo.	R\$ 1.500.000	Recursos próprios, com possível apoio de programas do Governo Federal e Governo Estadual	Principal: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação Parceiros: Secretaria de Turismo e Secretaria de Infraestrutura	1 Comunidade tradicional com qualificação urbanística e habitacional concluída a cada 2 anos.	<ul style="list-style-type: none"> - Percentual da área da comunidade tradicional com disponibilidade de infraestrutura urbana mínima - Número de comunidades tradicionais com a malha cicloviária e rede de transporte público municipal - Existência de integração do turismo cultural de base tradicional as demais atividades turísticas locais
E1.2	A1.2.1	Consolidar, por meio de instrumentos urbanísticos como a OODC, centros de bairros que reduzam os deslocamentos intraurbanos e metropolitanos, fomentando centralidades intermediárias que ofereçam equipamentos comunitários, comércios e serviços cotidianos e áreas de lazer para a vizinhança que abrangem.	Médio	Longo	Todo o município	Técnico-operacional	Recursos próprios	Principal: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação Parceiros: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo	1 Centro de Bairro consolidado a cada 7 anos.	<ul style="list-style-type: none"> - Destinação de recursos captados via OODC para melhorias urbanas nos centros de bairro. - Grau de consolidação urbana dos lotes presentes em cada centro de bairro em comparação aos índices urbanísticos permitidos. - Percentual de lotes com uso misto e predomínio de atividades comerciais nos centros de bairro.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO										
DIRETRIZ 1	D1	Promover o desenvolvimento urbano sustentável de Cabedelo em direção a uma cidade compacta, conectada e policêntrica								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A1.2.2	Garantir a estruturação da uma rede cicloviária iniciais já previstas em projetos em andamento (Triplicação BR-230 e Projeto Orla) de forma a fortalecer as centralidades intermediárias propostas e constituir uma rede policêntrica intramunicipal.	Alta	Longa	Rodovia BR-230 e eixos viários contemplados no Projeto Orla	R\$ 2.000.000	Governo estadual, Governo Federal e outras fontes de financiamento	Principal: Secretaria Municipal De Mobilidade Urbana Parceiros: Secretaria de Infraestrutura	5 km de ciclovias construídas por ano	- Quilômetros implantados de ciclovia
	A1.2.3	Estabelecer um Fundo Local de Desenvolvimento Urbano e promover a recuperação de parte da valorização da terra por meio dos respectivos instrumentos urbanísticos, como a OODC, com vistas a ampliar a capacidade fiscal para a implantação de obras urbanas estratégicas.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	- Aprovação do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano em até 2 anos. - Efetiva operação do Fundo, com gestão dos recursos obtidos pela OODC em até 3 anos.	- Grau de institucionalização do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano - R\$ geridos pelo Fundo.

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 2 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 2)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO											
DIRETRIZ 2	D2	Consolidar a atividade turística sustentável por meio de uma rede especializada de atividades que assuma o protagonismo exercido pelo patrimônio natural, histórico e cultural de Cabedelo para a estruturação do território									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FUNTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E2.1	Estabelecer uma rota turística intramunicipal que conecte os principais atrativos turísticos naturais, históricos e culturais, de forma a tomar partido do intenso fluxo de veranistas para promover o desenvolvimento socioeconômico de toda a população local.	A2.1.1	Fomentar a estruturação da rota turística por meio da instalação de pontos de apoio ao turista, com informações sobre os atrativos, sugestões de percursos sequenciais e guias locais, além de infraestrutura de apoio, com banheiros e estacionamento. Tais pontos de apoio incluem estruturas fixas, mas também píer públicos, possibilitando o embarque seguro de turistas e a cobrança da taxa de serviço, constituindo uma forma de arrecadação para novos investimentos pelo município.	Média	Longo	Todo o município	R\$ 3.000.000	Recursos próprios e possíveis financiamentos do Ministério do Turismo e demais órgãos estaduais e federais	Principal: Secretaria Municipal de Turismo Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	- 1 ponto de apoio ao turista implementado a cada 3 anos.	- Número de Pontos de apoio ao Turista instalado - Número de rotas turísticas locais constituídas e divulgadas.
		A2.1.2	Estabelecer parceria com agentes de desenvolvimento endógeno, como o IFPB, ICMBio e arranjos associativos locais visando a convergência de esforços para fortalecimento das bases territoriais de desenvolvimento turístico.	Média	Médio	Todo o município	Político-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria Municipal de Turismo Parceiros: IFPB, ICMBio e arranjos associativos locais	Estabelecer uma rede de cooperação efetiva entre a Prefeitura de Cabedelo com as instituições mencionadas em até 5 anos.	- Número de acordo de cooperações firmados. - Número de ações realizadas em conjunto pela rede estabelecida.
E2.2	Fortalecer capacidades institucionais para a gestão integrada da rota turística intermunicipal.	A2.2.1	Desenvolver um plano de ação para viabilizar a implementação de Rota Turística Intramunicipal por meio do Conselho Municipal de Turismo de Cabedelo (COMTUR), convergindo esforços às demais diretrizes de desenvolvimento territorial estabelecidas no Plano Diretor.	Média	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria Municipal de Turismo Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Plano de Ação para Implementação da Rota Turística Intramunicipal concluído em até 5 anos.	-% de conclusão do referido Plano de Ação. - % de implementação da Rota Turística Intramunicipal.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO									
DIRETRIZ 2	D2	Consolidar a atividade turística sustentável por meio de uma rede especializada de atividades que assuma o protagonismo exercido pelo patrimônio natural, histórico e cultural de Cabedelo para a estruturação do território							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A2.2.2	Média	Longo	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria Municipal de Turismo Parceiros: Organizações da sociedade civil relacionadas a temática	- Criação do Fórum de Turismo Local em até 3 anos. - Promoção do turismo de base comunitária via ações do Fórum de Turismo Local em até 7 anos.	- % de implementação do Fórum de Turismo Local. - Número de reuniões anuais do referido fórum. - Número de proposições estabelecidas pelo fórum para promover o turismo de base comunitária.

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 3 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Uso e Ocupação do Solo (Diretriz 3)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO											
DIRETRIZ 3	D3	Equalizar as demandas logísticas advindas das atividades portuárias e industriais desenvolvidas no município, mitigando conflitos com demais usos urbanos.									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E3.1	Mitigar os conflitos urbanos por meio da implementação efetiva das diretrizes de ordenamento territorial e hierarquia viária.	A3.1.1	Instituir incentivos fiscais e tributários para estimular a instalação de novos empreendimentos na Zona Industrial.	Média	Longo	Zona Industrial	Técnico-administrativo, com eventual impacto devido à renúncia fiscal	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Finanças Parceiros: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	- Estabelecimento de incentivos fiscais e tributários para novos empreendimentos industriais em até 5 anos. - Aumento de 20% do número de empreendimentos na Zona Industrial em até 10 anos.	- Grau de efetivação de política de incentivos fiscais e tributários - % de novos empreendimentos na Zona Industrial após a instituição dos referidos incentivos.
		A3.1.2	Firmar parceria com órgãos ambientais e de controle supramunicipais para criação de um Grupo de Trabalho intersetorial, com vistas a ampliar ações de monitoramento das medidas mitigadoras e compensatórias previstas no EIA/RIMA dos empreendimentos portuários e correlatos, de forma a garantir a redução dos impactos ao contexto urbano em que se inserem.	Alta	Média	Todo o município.	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo Parceiros: Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura / Órgãos ambientais e de controle supramunicipais	Certificar o cumprimento de 100% das medidas mitigadoras e compensatórias em até 5 anos.	- Número de parcerias estabelecidas com os referidos órgãos. - % de medidas compensatórias e mitigadoras previstas no EIA/RIMA efetivamente concluídas.
E3.2	Viabilizar a utilização da linha férrea para transporte de parte das cargas movimentadas a partir do Porto	A3.2.1	Firmar parceria com a CBTU e IFPB para o desenvolvimento de estudos técnicos preliminares com vistas a incentivar o uso da linha férrea durante o período noturno para transporte de carga ao porto, reduzindo o volume de caminhões circulando na cidade.	Alta	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Mobilidade Urbana Parceiros: CBTU e IFPB	Concluir os estudos técnicos preliminares em até 5 anos.	- Grau de efetivação da parceria com vistas à elaboração dos referidos estudos técnicos. - % de conclusão dos referidos estudos técnicos

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO									
DIRETRIZ 3	D3	Equalizar as demandas logísticas advindas das atividades portuárias e industriais desenvolvidas no município, mitigando conflitos com demais usos urbanos.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
Organizado de Cabedelo, reduzindo o fluxo de veículos pesados na cidade.	A3.2.2	Alta	Média	Área central	Técnico-administrativo	Recursos próprios	<p>Principal: Secretaria de Mobilidade Urbana</p> <p>Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação</p>	<p>Concluir o Plano de Circulação Viária em até 3 anos.</p> <p>Implementar as medidas de controle e restrição previstas no plano em até 5 anos.</p>	<p>- % de conclusão do Plano de Circulação Viária para restrição do tráfego de veículos de carga na área central.</p> <p>- % de medidas efetivamente implementadas a partir do previsto no referido plano.</p> <p>- % de redução do número de veículos de carga circulando na área central da cidade nos horários de restrição previamente estabelecidos.</p>

Fonte: URBTEC™ (2023).

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos
2.1.2. Estrutura fundiária e aspectos habitacionais

Quadro 4 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Estrutura Fundiária e Aspectos Habitacionais (Diretriz 4)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS											
DIRETRIZ 4	D4	Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional.									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E4.1	Fortalecer a capacidade institucional local para responder às demandas de habitação social.	A4.1.1	Desenvolver um Plano de Regularização Fundiária Sustentável no qual se realize um levantamento extensivo dos assentamentos informais consolidados de Cabedelo, caracterizando sua situação fundiária, urbanística, edilícia e socioeconômica, de forma a permitir a delimitação de estratégias consistentes de resposta habitacional pelo governo local.	Alta	Curto	Todo o município	R\$ 500.000	Recursos próprios	Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Concluir o Plano de Regularização Fundiária Sustentável em até 3 anos.	- % do levantamento pormenorizado de assentamentos informais concluído. - % do referido plano concluído.
		A4.1.2 ¹	Prospectar e adquirir terrenos prioritários para formação de banco de terras municipais, visando a utilização futura para provisão habitacional. O banco de terras poderá ser formado por áreas com incidência do direito de preempção, áreas concedidas como medida compensatória de empreendimentos de grande porte ou adquiridas com recursos do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano, já mencionado nas diretrizes de Uso e Ocupação do Solo Urbano.	Média	Longo	Todo o município	R\$ 2.000.000	Recursos próprios, com contribuição adicional do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano	Principal: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação Parceiros: Secretaria de Receita Municipal	Elaborar um prospecto de terrenos prioritários a comporem um banco de terras públicas em até 3 anos. Adquirir parte dos terrenos prioritários em até 10 anos.	- % de conclusão do estudo prospectivo de vazios urbanos prioritários. - Metros quadrados de terreno adquiridos pela prefeitura para o banco de terras municipais.
		A4.1.3	Negociar junto à órgãos estaduais e federais a doação de terrenos sob sua propriedade para a implementação de programas habitacionais de interesse social	Média	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação Parceiros: Secretaria de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal, Ministério das Cidades	Receber 2.000 m ² em terrenos via doação de órgãos estaduais e federais em até 5 anos.	- Metros quadrados de terrenos recebidos por meio de tratativas junto aos órgãos mencionados.

¹ O banco de terras públicas é o mesmo citado nas ações A7.1.2 e A9.3.2.

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS										
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS										
DIRETRIZ 4	D4	Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A4.1.5	Reservar um percentual mínimo de 30% dos recursos do (futuro) Fundo Local de Desenvolvimento Urbano para investimentos em habitação de interesse social.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Conselho gestor do Fundo Local de Desenvolvimento Urbano Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Aprovar a reserva de pelo menos 30% do referido fundo para investimentos em HIS.	- % de recursos do referido fundo destinados para HIS
	A4.1.6	Reativar o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação Social, garantindo o controle social e a plena gestão democrática da política habitacional local.	Alta	Média	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Conselho e Fundo Municipal de Habitação operantes em até 5 anos.	- Grau de reativação do Fundo Municipal de Habitação Social. - Número de reuniões anuais do Conselho Municipal de Habitação
	A4.1.7	Estabelecer benefícios fiscais e tributários para empreendimentos de habitação social destinados a famílias de 0 a 5 s.m	Alto	Curto	Todo o município.	Técnico-administrativo, com eventual impacto devido à renúncia fiscal	Recursos próprios	Principal: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação Parceiros: Secretaria de Finanças	- Estabelecimento de incentivos fiscais e tributários para novos empreendimentos de HIS em até 3 anos.	- Grau de efetivação de política de incentivos fiscais e tributários - % de novos empreendimentos de HIS em Cabedelo.
E4.2	A4.2.1	Implementar obras de infraestrutura mínima de saneamento básico e habitabilidade nos assentamentos informais consolidados do Rabo da Gata, Salinas Ribamar, Jardim Gama, Lixão e Moinho Antigo, tidos como prioridade emergencial desde o PLHIS de 2013.	Alto	Longo	Assentamentos informais mencionados.	R\$ 10.000.000	Recursos próprios em conjunto com recursos dos Governos Estaduais e Federais / Agências multilaterais de financiamento.	Principal: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação Parceiros: Secretaria de Infraestrutura	Disponibilização de infraestrutura urbana para ao menos um assentamento informais a cada 5 anos.	- Grau de disponibilidade de infraestrutura urbana nos referidos assentamentos. - % de assentamentos informais com melhorias de infraestrutura concluídas.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS										
DIRETRIZ 4	D4	Garantir o pleno direito à moradia digna em Cabedelo por meio da construção de capacidade institucional municipal e resposta emergencial à questão habitacional.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	4.2.2	Realizar a demarcação urbanística de áreas ocupadas por assentamentos informais nos termos da Lei Federal nº 13465/2017, conferindo maior segurança da posse aos moradores enquanto não se avança para o processo integral de urbanização e regularização fundiária.	Alto	Médio	Assentamentos informais consolidados.	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Conclusão da demarcação urbanística dos assentamentos informais consolidados em até 7 anos.	- Número de famílias que obtiveram a demarcação urbanística de suas áreas de moradia.
	A4.2.3	Atualizar o cadastro da fila habitacional no prazo máximo de 1 ano, de forma a possuir dados concretos que subsidiem a ação pública no campo habitacional.	Alto	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação Parceiros: Secretaria de Assistência Social	Atualização da fila habitacional do município em até 3 anos.	- % do cadastro habitacional municipal atualizado
	A4.2.4	Promover a realocação emergencial de famílias residentes em áreas de risco, estabelecendo parceria com órgãos estaduais e federais para a necessária provisão habitacional.	Alta	Longo	Áreas de risco em assentamentos informais	R\$ 2.000.000	Recursos próprios em conjunto com recursos dos Governos Estaduais e Federais / Agências multilaterais de financiamento.	Principal: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação Parceiros: Secretaria de Assistência Social	100% das moradias em área de risco realocadas em até 10 anos.	- Número de moradias em área de risco realocadas.

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 5 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Estrutura Fundiária e Aspectos Habitacionais (Diretriz 5)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS											
DIRETRIZ 5	D5	Garantir o adequado processo de parcelamento e ocupação do solo urbano por meio de processos efetivos e consistentes de licenciamento, monitoramento e fiscalização urbana.									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E5.1	Fortalecer a capacidade institucional local para gestão do licenciamento e fiscalização do parcelamento, uso e ocupação do solo urbano	A5.1.1	Desenvolver um Plano de Ação para concentrar ações fiscalizatórias sobre as situações de maior complexidade no município.	Alta	Curto	Todo o município.	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo Parceiros: Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Plano de Ação concluído em até 3 anos.	- % do referido Plano de Ação concluído. - Grau de implementação do Plano de Ação.
		A5.1.2	Aprimorar os processos de fiscalização urbana para encaminhar casos complexos para ingresso de ações judiciais com vistas a ações cominatórias de demolição.	Alta	Médio	Todo o município.	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo Parceiros: Procuradoria Geral do município	Implementação de melhorias administrativas nos processos de fiscalização urbana em até 3 anos. Ajuizamento de ações para demandar a demolição de edificações em desacordo com a legislação e que gerem danos a coletividade e ao ambiente urbano em até 5 anos.	- % de melhorias administrativas implementadas - Número de ações cominatórias de demolição ajuizadas.
		A5.1.3	Estabelecer uma Comissão Especial de Aprovação de Loteamentos, integrando diferentes secretaria com o objetivo de facilitar a regularização de loteamentos irregulares com condições de adequação à legislação vigente.	Alta	Curto	Todo o município.	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo Parceiros: Procuradoria Geral do município / Secretaria Municipal De Planejamento Urbano E Habitação	Implementar a Comissão Especial de Aprovação de Loteamentos em até 3 anos.	- Grau de institucionalização da referida Comissão. - Número de loteamentos a regularizar analisados anualmente pela referida comissão.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
ESTRUTURA FUNDIÁRIA E ASPECTOS HABITACIONAIS									
DIRETRIZ 5	D5	Garantir o adequado processo de parcelamento e ocupação do solo urbano por meio de processos efetivos e consistentes de licenciamento, monitoramento e fiscalização urbana.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A5.1.4	Alta	Médio	Todo o município.	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo Parceiros: Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Propor projeto de lei com atualizações da Lei de Regularização de Edificações em até 5 anos.	- % de elaboração dos estudos técnicos. - Etapas de aprovação da minuta de lei a ser elaborada após a conclusão dos estudos técnicos.
	A5.1.5	Alta	Médio	Todo o município.	R\$ 420.000 anualmente.	Recursos próprios	Principal: Secretaria de Administração Parceiros: Secretaria de Controle do Uso e Ocupação do Solo	Propor projeto de lei com atualizações da Lei de Regularização de Edificações em até 5 anos.	- % de elaboração dos estudos técnicos. - Etapas de aprovação da minuta de lei a ser elaborada após a conclusão dos estudos técnicos.

Fonte: URBTEC™ (2023).

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos
2.1.3. Saneamento básico
Quadro 6 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Saneamento Básico (Diretriz 6)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
SANEAMENTO BÁSICO											
DIRETRIZ 6	D6	Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E6.1	Ampliar a capacidade institucional da Prefeitura para o monitoramento e planejamento dos serviços de saneamento básico, bem como para a articulação com diferentes entes.	A6.1.1	Consolidar um órgão integrante do Poder Executivo municipal dedicado ao saneamento, com o objetivo de articular as demandas da população nos seus quatro componentes (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos).	Alta	Médio	Todo o município.	Técnico-administrativo.	Recursos próprios.	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Meio ambiente - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Consolidar órgão em funcionamento em até 5 anos.	- Órgão estabelecido e em funcionamento (sim/não)
		A6.1.2	Implantar sistema de informações de saneamento básico, com informações georreferenciadas, inclusive compatibilizando as informações entre a Prefeitura e a concessionária.	Alta	Médio	Todo o município.	Técnico-administrativo.	Recursos próprios.	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Meio ambiente - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - SUDEMA	Implantar sistema, ou integrar as informações em sistemas existentes, em até 3 anos.	- Sistema implantado (sim/não)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
SANEAMENTO BÁSICO										
DIRETRIZ 6	D6	Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A6.1.3	Revisar o Plano Municipal de Saneamento Básico (2015), tendo em vista a sua previsão de revisão a cada quatro anos.	Alta	Curto	Todo o município	R\$ 300.000	Recursos próprios, do Governo Estadual ou do Governo Federal.	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Meio ambiente - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - CAGEPA	Plano revisado em até 3 anos.	- Plano revisado (sim/não)
	A6.14	Avaliar a possibilidade de firmar parcerias público-privadas para melhorar os serviços de saneamento.	Média	Médio	Todo o município	A depender de projetos específicos	Recursos próprios e iniciativa privada	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Meio ambiente - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - CAGEPA	Realizar 1 reunião por semestre sobre o tema	- Número de reuniões realizadas

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS											
SANEAMENTO BÁSICO											
DIRETRIZ 6	D6	Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FUNTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E6.2	Aumentar a capacidade, a eficiência e a extensão das redes de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.	A6.2.1	Fortalecer as parcerias interinstitucionais com o Governo do Estado e com a CAGEPA, atual concessionária dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.	Alta	Médio	Todo o município.	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - CAGEPA - Secretaria Municipal de Meio ambiente - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Realizar 1 reunião por semestre sobre o tema	- Número de reuniões realizadas
		A.6.2.2	Implementar medidas para a diminuição do volume perdido na rede de abastecimento de água.	Média	Longo	Todo o município	A depender de projetos específicos	Recursos próprios em conjunto com recursos dos Governos Estaduais e Federais / Agências multilaterais de financiamento.	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura (monitoramento) Parceiros: - CAGEPA - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Diminuir índice de perdas em 20% ² (DATASAN, 2020)	- Índice de perdas (% do volume de água distribuído que é perdido)

² Considerando o índice de perdas na distribuição disponível no DATASAN da Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o ano de 2020. Embora o cenário ideal fosse eliminar as perdas na distribuição, adotou-se como meta que o município de Cabedelo reduza em cinco anos o índice de perdas em ao menos 20%. Dessa forma, o índice de perdas passaria de 41,5% para 33,2%, se aproximando, ao menos, do índice da capital do estado (João Pessoa).

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
SANEAMENTO BÁSICO										
DIRETRIZ 6	D6	Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A6.2.3	Aumentar a capacidade de fornecimento da rede de abastecimento de água, como pela construção de reservatórios de armazenagem, buscando a regularidade no serviço em todas as regiões e épocas do ano.	Média	Longo	Todo o município.	R\$ 1.500.000	Recursos dos Governos Estaduais e Federais / Agências multilaterais de financiamento.	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura (monitoramento) Parceiros: - CAGEPA - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Em até 8 anos, implantar reservatório de armazenagem	- Reservatório implantado (sim/não) - Número de ocorrências de desabastecimento de água por mês
	A6.2.4	Promover meios de monitoramento do sistema de abastecimento de água, para aumentar a capacidade de resposta e melhorar a comunicação aos usuários do sistema em situações de falta de água.	Alta	Médio	Todo o município.	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura. Parceiros: - CAGEPA - Secretaria Municipal de Meio ambiente - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Reduzir anualmente a duração média de paralizações e das intermitências	- Número de paralizações por mês - Tempo médio de paralizações e intermitências
	A6.2.5	Ampliar a cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, priorizando áreas mais populosas e desatendidas, bem como áreas previstas para o adensamento futuro, buscando a universalização do serviço.	Alta	Longo	Todo o município	R\$ 28.000 ³ /ano	Recursos dos Governos Estaduais e Federais / Agências multilaterais de financiamento.	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura (monitoramento) Parceiros: - CAGEPA - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	100% do município atendido com rede de coleta e tratamento de esgoto em 10 anos	- % de domicílios atendidos pela rede de coleta e tratamento de esgoto

³ Recursos previstos no Orçamento-Programa de 2023 da Prefeitura Municipal.

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS											
SANEAMENTO BÁSICO											
DIRETRIZ 6	D6	Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
	A6.2.6	Fiscalizar ligações clandestinas de esgoto e despejo de poluentes na rede de drenagem e nos corpos hídricos.	Alta	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - CAGEPA - SUDEMA - IBAMA	Fiscalizar 100% da rede de drenagem e dos corpos hídricos em 5 anos	- % da rede de drenagem fiscalizada - % dos corpos hídricos fiscalizados	
	A6.2.7	Promover campanhas educativas e mecanismos de fiscalização sobre o uso da água, para evitar gastos com usos não prioritários.	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria municipal de Comunicação	1 campanha executada por ano	- Número de campanhas executadas por ano	
E6.3	Melhorar as condições de drenagem para sanar ou mitigar situações de risco de alagamentos.	A6.3.1	Monitorar os sistemas de drenagem do município, incluindo no sistema de informações de saneamento básico a identificação da infraestrutura existente – sua capacidade e condição de drenagem – e o registro das ocorrências de alagamentos.	Alta	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Monitorar 100% da rede de drenagem e dos corpos hídricos em 5 anos	- % da rede de drenagem monitorada
		A6.3.2	Realizar manutenção e ampliação dos sistemas de drenagem, com a implantação de novas galerias ou de soluções alternativas, como áreas para retenção de água.	Alta	Longo	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Monitorar 100% da rede de drenagem e dos corpos hídricos em 5 anos	- % da rede de drenagem monitorada

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS										
SANEAMENTO BÁSICO										
DIRETRIZ 6	D6	Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A6.3.3	Buscar prever a instalação de infraestrutura de drenagem em todas as obras de pavimentação	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Prever infraestrutura de drenagem em conjunto com obras de pavimentação em até 3 anos	- % de obras de pavimentação acompanhadas de infraestrutura de drenagem
	A6.3.4	Integrar mecanismos de retenção e de drenagem pluvial, como reservatórios de armazenamento de água e de amortecimento de vazões, como exigência para grandes empreendimentos.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do solo Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Exigência de mecanismos de retenção e drenagem pluvial estabelecida em até 2 anos	- Exigência regulamentada (sim/não)
	A6.3.5	Adquirir áreas, utilizando-se de instrumentos com o Diretor de Preempção, para a implantação de infraestruturas de contenção.	Média	Médio	Todo o município	R\$ 7.000/m ²	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do solo Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Áreas prospectadas e adquiridas em até 7 anos	- Área (m ²) para implantação de infraestruturas de contenção
	A6.3.6	Ampliar a taxa de permeabilidade do solo, por meio da fiscalização de situações de impermeabilização irregular do solo, bem como buscando alternativas para pavimentos impermeáveis em obras públicas	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	- Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do solo	- Fiscalização realizada continuamente em até 2 anos - Alternativas de pavimentação consideradas em obras públicas em até 2 anos	- Número de vistorias realizadas por mês - Número de obras públicas com adoção de pavimentos permeáveis

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS											
SANEAMENTO BÁSICO											
DIRETRIZ 6	D6	Universalizar os serviços de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e manejo de resíduos sólidos)									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E6.4	Melhorar a ampliar o sistema de gestão de resíduos sólidos.	A6.4.1	Fortalecer as parcerias intermunicipais, no âmbito da governança na Região Metropolitana de João Pessoa, para buscar soluções compartilhadas para o manejo de resíduos sólidos, em especial os RCC.	Alta	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Realizar 1 reunião por semestre sobre o tema	- Número de reuniões realizadas
		A6.4.2	Promover a valorização dos resíduos do município, com a ampliação e criação de novas unidades de triagem e com o engajamento de empresas e consumidores para destinação de seus resíduos a cooperativas de reciclagem.	Média	Curto	Todo o município	R\$ 200.000	Recursos próprios	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente	- 1 nova unidade de triagem em até 3 anos - 1 campanha de engajamento de empresas e consumidores por ano	- Número de unidades de triagem no município - Número de campanhas realizadas por ano
		A6.4.3	Criar programa de apoio às associações de catadores e outros entes que geram renda a partir dos resíduos recicláveis.	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente	- Programa de apoio criado em até 3 anos	- Programa criado e em funcionamento (sim/não)
		A6.4.4	Promover campanhas de conscientização quanto a destinação de resíduos sólidos.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente	- 2 campanhas realizada por ano	- Número de campanhas realizadas por ano
		A6.4.5	Ampliar a coleta seletiva de resíduos sólidos, a exemplo do projeto piloto no bairro do Poço.	Alta	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente	- Coleta seletiva implantada em todo o município	- % de bairros do município atendidos pela coleta seletiva
		A6.4.6	Avaliar a possibilidade de criação de pátios de compostagem para a destinação de resíduos orgânicos compostáveis, visando a redução do volume destinado ao aterro sanitário.	Média	Médio	Todo o município	R\$ 100.000	Recursos próprios	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente	- 1 pátio de compostagem implantado em até 5 anos	- Pátio de compostagem implantado (sim/não)
		A6.4.7	Implementar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) (em elaboração).	Alta	Longo	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	- Secretaria Municipal de Meio Ambiente	- Ações propostas no PMGIRS implementadas	- % de ações previstas no PMGIRS implementadas

Fonte: URBTEC™ (2023).

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos
2.1.4. Equipamentos comunitários e sociais
Quadro 7 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais (Diretriz 7)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS											
DIRETRIZ 7	D7	Garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Educação em Cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população municipal.									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E7.1	Implementar escolas, creches e instituições de ensino superior nos bairros com defasagem, buscando reduzir as desigualdades espaciais e garantir o acesso à educação em todas as localidades.	A7.1.1	Elaborar plano para instalação e reforma de escolas, creches e instituições, a partir das necessidades educacionais levantadas nos bairros do município, estando entre eles Salinas, Parque Verde, Morada Nova, Ribamar, Renascer, Jacaré, Portal do Poço, Recanto do Poço, Camboinha, Jardim Camboinha e Centro.	Alta	Curto	Todo o município, com foco nos bairros em destaque na ação	Técnico-administrativo	Recursos próprios, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Parceria com Instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil.	Secretaria Municipal de Educação	Construir e/ou reformar os equipamentos de educação definidos no plano, de forma a atender às necessidades identificadas pela comunidade e melhorar o acesso à educação de qualidade na região.	- Elaboração do plano. - Atingimento das metas estabelecidas no plano como: - Nº de equipamentos construídos ou reformados;
		A7.1.2 ⁴	Criar um banco de terras públicas com vistas a implantação de equipamentos de educação, por meio da utilização dos instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do Direito de Preempção.	Alta	Longo	Todo o município	Técnico-administrativo ⁵	Recursos próprios	Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo	Aumentar o estoque de terras públicas anualmente	-Número de imóveis notificados para o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) por ano -Número de imóveis adquiridos com o uso dos instrumentos do Direito de Preempção pela Prefeitura Municipal

⁴ O banco de terras públicas é o mesmo citado nas ações A4.1.2 e A9.3.2.

⁵ A aplicação do PEUC e do Direito de Preempção pode ser iniciada a partir da aprovação do Plano Diretor Municipal, sendo necessário considerar custos de pessoal para fiscalização e encaminhamento dos trâmites burocráticos. Os recursos a serem empenhados na aquisição do banco de terras públicas por meio dos instrumentos deverão ser avaliados caso a caso.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS										
DIRETRIZ 7	D7	Garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Educação em Cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população municipal.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A7.1.3	Promover a instalação de creches e colégios com acessibilidade nos bairros em defasagem, dando prioridade para a implantação do turno integral.	Alta	Médio	Todo o município	R\$ 2.500.000/unidade ⁶	Recursos próprios, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, Parceria com Instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil.	Secretaria Municipal de Educação	Implantar em curto prazo creches e colégios com acessibilidade nos bairros em defasagem.	- Nº de creches e colégios instalados; - Avaliação de acessibilidade dos equipamentos.
	A7.1.4	Implementar / fortalecer o sistema de transporte escolar para garantir o acesso dos alunos a instituições educacionais mais distantes de suas residências.	Alta	Curto	Todo o município	R\$ 200.000	Recursos próprios, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE.	Principal: Secretaria Municipal de Educação Parceiros: Secretaria Municipal de Transportes	Oportunizar o acesso de todos os alunos a instituições educacionais, independentemente de sua localização geográfica, em curto prazo.	- Nº de alunos atendidos; - Tempo Médio de Deslocamento; - Cobertura de Transporte Escolar X Bairro.
	A7.1.5	Priorizar a ampliação de vagas e o melhoramento da qualidade de ensino ofertado no município.	Alta	Ação Contínua	Todo o município	R\$ 9.000.000 ⁷ /ano	Recursos próprios, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB.	Secretaria Municipal de Educação	Aumentar em 20% o número de vagas nas escolas municipais e elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 10% nos próximos 2 anos.	- Nº de vagas criadas; - Taxa de ocupação das vagas; - Índice de Desenvolvimento da Educação – IDEB; - Formação Continuada de Professores; - Taxa de docentes qualificados.

⁶ Com base em licitações recentes realizadas no município para construção de creches.

⁷ Considerando a ampliação no número de vagas em 20% em 2 anos.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS										
DIRETRIZ 7	D7	Garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Educação em Cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população municipal.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A7.1.6	Realizar pesquisa que avalie as causas da evasão/desistência de alunos em cursos e escolas.	Alta	Ação Contínua.	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios.	Secretaria Municipal de Educação	Identificar as principais causas da evasão e desistência de alunos em cursos e escolas municipais, com base em uma pesquisa abrangente, a fim de desenvolver estratégias e políticas educacionais eficazes para reduzir significativamente esses índices.	- Taxa de evasão / Desistência; - Perfil dos alunos em situação de Evasão / Desistência; - Causas Identificadas; - Aderência às Estratégias; - Participação Familiar; - Avaliação Periódica.
	A7.1.7	Desenvolver programas de educação para adultos, com foco na conclusão do ensino fundamental, visando reduzir a taxa de pessoas sem escolaridade adequada.	Alta	Curto	Todo o município	320.000/ano ⁸	Recursos próprios, Fundo de Educação, Parceria com Instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil, Voluntariado.	Secretaria Municipal de Educação	Elevar a taxa de conclusão do ensino fundamental por parte dos adultos Cabedelo em 10% nos próximos 3 anos.	- Redução taxa de analfabetismo; - Taxa de participação; - Taxa de conclusão; - Taxa de retenção.
	A7.1.8	Aprimorar a forma de vistoria sobre o número de vagas, inserindo os pais como vetores de fiscalização.	Média	Ação contínua.	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios, voluntariado.	Secretaria Municipal de Educação	Aumentar a transparência e a qualidade da educação ao garantir que todas as instituições de ensino cumpram com rigor os requisitos de disponibilidade de vagas, proporcionando acesso igualitário a todas as crianças em idade escolar.	- Taxa de ocupação das vagas; - Acesso Igualitário; - Envolvimento dos pais.

⁸ Com base no Orçamento-Programa de 2023 para implementação, implantação e manutenção da educação de jovens e adultos.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS											
DIRETRIZ 7	D7	Garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Educação em Cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população municipal.									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E7.2	Estabelecer parcerias com instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil para obter recursos financeiros e apoio na construção e revitalização dos equipamentos educacionais nos bairros com defasagem.	A7.2.1	Buscar parcerias com instituições locais, empresas e organizações da sociedade civil interessadas em apoiar a construção e revitalização dos equipamentos educacionais.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios, voluntariado.	Secretaria Municipal de Educação	Fortalecer a infraestrutura educacional local por meio de parcerias estratégicas, visando proporcionar ambientes de aprendizado seguros, adequados e inspiradores para promover a qualidade da educação e o desenvolvimento da comunidade.	- Número de parcerias estabelecidas; - Melhorias na Infraestrutura educacional; - Participação da Comunidade.
		A7.2.2	Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior para ampliar a oferta de cursos e oportunidades de formação acadêmica.	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios, parceria com instituições de ensino superior.	Secretaria Municipal de Educação	Expandir o acesso à educação superior e às oportunidades de formação acadêmica na comunidade, por meio de parcerias estratégicas com instituições de ensino superior, visando aumentar o número de cursos disponíveis e promover o desenvolvimento educacional e profissional dos habitantes.	- Nº de parcerias estabelecidas; - Matrículas em curso superior; - Taxa de conclusão de cursos.

ASPECTOS SOCIOESPAIAIS										
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS										
DIRETRIZ 7	D7	Garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Educação em Cabedelo, assegurando o atendimento amplo e satisfatório da população municipal.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A7.2.3	Fornecer acesso igualitário a recursos e tecnologia educacionais para todos os alunos.	Alta	Curto	Todo o município	R\$ 800.000 ⁹	Recursos próprios, Programas Governamentais, Parcerias com empresas locais, Doações de organizações sem fins lucrativos.	<p>Principal: Secretaria Municipal de Educação</p> <p>Parceiros: Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação.</p>	Implementar estratégias abrangentes para fornecer acesso igualitário a recursos e tecnologia educacionais a todos os alunos, incluindo a distribuição de dispositivos e a promoção de conectividade, com o objetivo de eliminar as disparidades de acesso na educação e apoiar o desenvolvimento acadêmico de todos os estudantes.	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição de dispositivos; - Acesso à internet; - Participação nas atividades educacionais online.

Fonte: URBTEC™ (2023).

⁹ Com base no Orçamento-Programa de 2023 para implantação de laboratórios de informática nas escolas municipais.

Quadro 8 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais (Diretriz 8)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS											
DIRETRIZ 8		D8	Reduzir a Taxa e Mortalidade Infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E8.1	Intensificar as ações de saúde infantil, implementando programas de saúde materno-infantil, incluindo pré-natal de qualidade, vacinação e acompanhamento dos primeiros anos de vida.	A8.1.1	Realizar campanhas de conscientização sobre cuidados com a saúde materno-infantil.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios.	Secretaria Municipal de Saúde	Reduzir a taxa de morbidade e mortalidade infantil, promovendo a saúde materno-infantil por meio da conscientização da comunidade, da oferta de pré-natal de qualidade, da vacinação abrangente e do acompanhamento integral dos primeiros anos de vida, assegurando um início saudável e um desenvolvimento pleno das crianças.	- Alcance da campanha de conscientização; - Conhecimento sobre cuidados materno-infantil; - Mudança de comportamento.
		A8.1.2	Investir na capacitação dos profissionais de saúde para fornecer um atendimento adequado às gestantes e crianças.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo ¹⁰	Recursos próprios, Programa Cuida Mais Brasil,	Secretaria Municipal de Saúde	Aprimorar a qualidade do atendimento de saúde materno-infantil, garantindo que os profissionais de saúde estejam devidamente capacitados e atualizados, com foco na redução da mortalidade infantil, no aumento do bem-estar das gestantes e no fortalecimento da saúde materno-infantil na comunidade.	- Taxa de mortalidade infantil; - Taxa de mortalidade materna; - Taxa de aleitamento materno exclusivo.

¹⁰Há cursos focados na Atenção Materno-Infantil no âmbito dos Cursos de especialização em saúde da família e de qualificação em saúde da família, ofertados pela Escola de Saúde Pública da Paraíba (ESP-PB), por exemplo, não sendo necessária a previsão de custos adicionais ao orçamento, apenas aqueles relacionados ao deslocamento e diárias dos servidores.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS										
DIRETRIZ 8	D8	Reduzir a Taxa e Mortalidade Infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A8.1.3	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios.	Secretaria Municipal de Saúde	Fortalecer a qualidade do cuidado de saúde infantil, reduzindo as taxas de morbidade e mortalidade infantil, através da análise contínua dos indicadores de saúde infantil, identificação de áreas de preocupação e implementação de medidas corretivas eficazes, garantindo assim um ambiente saudável e seguro para todas as crianças do município.	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de mortalidade infantil; - Taxa de Cobertura de vacinação infantil; - Taxa de consultas de pré-natal e pós-natal. 	
E8.2	A8.2.1	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios.	Principal: Secretaria Municipal de Saúde Parceiros: Secretaria Municipal de Educação	Desenvolver uma rede de saúde robusta e abrangente por meio de parcerias estratégicas com instituições e organizações locais, visando aprimorar o acesso a cuidados de saúde de qualidade, melhorar a coordenação dos serviços e promover a saúde e o bem-estar da comunidade.	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de parcerias estabelecidas; - Melhoria no acesso aos cuidados de saúde. 	
	A8.2.2	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios.	Principal: Secretaria Municipal de Saúde	Estabelecer um intercâmbio eficaz de conhecimentos e estratégias com a capital João Pessoa, com o objetivo de reduzir a taxa de mortalidade infantil em Cabedelo, por meio do aprendizado e implementação das melhores práticas identificadas na experiência de João Pessoa, promovendo assim um ambiente mais seguro e saudável para as crianças.	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de Redução da Mortalidade infantil; - Implementação das práticas compartilhadas. 	

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS										
DIRETRIZ 8	D8	Reduzir a Taxa e Mortalidade Infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A8.2.3	Promover a acessibilidade aos serviços de saúde em todas as regiões do município, especialmente nos bairros sem unidades de saúde próximas, como Oceania, Portal do Poço, Jacaré, Renascer e Centro.	Alta	Curto	Todo o município	R\$ 4.000.000 ¹¹	Recursos próprios; Programas governamentais.	Principal: Secretaria Municipal de Saúde Parceiros: Secretaria Municipal de Transportes, Secretaria de Infraestrutura.	Garantir que 100% da população do município, incluindo as áreas de Oceania, Portal do Poço, Jacaré, Renascer e Centro, tenham acesso equitativo a serviços de saúde de qualidade, estabelecendo unidades de saúde móveis ou postos de atendimento regulares nessas áreas carentes, além de implementar serviços de transporte de pacientes quando necessário, garantindo assim que nenhuma comunidade fique sem acesso a cuidados médicos essenciais.	- Cobertura de acesso aos serviços de saúde; - Tempo médio de deslocamento.
	A8.2.4	Garantir o acesso ao transporte público eficiente e seguro para facilitar o deslocamento dos usuários aos hospitais e CAPS.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo ¹²	Recursos próprios, possíveis recursos governamentais como o Fundo de Mobilidade Urbana.	Principal: Secretaria Municipal de Saúde Parceiros: Secretaria Municipal de Transportes, Secretaria de Mobilidade Urbana.	Estabelecer um sistema de transporte público eficiente e seguro que assegure que 100% dos usuários tenham acesso rápido e acessível aos hospitais e Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) do município, garantindo assim que nenhuma pessoa seja privada de atendimento médico devido à falta de transporte adequado.	- Tempo médio de deslocamento; - Taxa de satisfação do usuário; - Cobertura de transporte.

¹¹ Com base no Orçamento-Programa de 2023 para construção, implantação e reforma de unidades básicas de saúde.

¹² Considera que os custos estão vinculados às ações descritas no eixo de mobilidade.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS									
DIRETRIZ 8	D8	Reduzir a Taxa e Mortalidade Infantil e garantir a qualificação da oferta e distribuição de Equipamentos de Saúde em Cabedelo.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A8.2.6	Média	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios.	Secretaria Municipal de Saúde	Implementar um novo serviço de contato por telefone com a rede de saúde da prefeitura, visando notificar o agendamento de consultas médicas para maioria da população atendida, proporcionando assim uma comunicação mais eficaz e ágil entre a prefeitura e os cidadãos, melhorando o acesso aos serviços de saúde e a experiência do usuário.	- Taxa de notificação de agendamentos; - Satisfação do usuário; - Tempo médio de resposta.

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 9 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Equipamentos Comunitários e Sociais (Diretriz 9)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS									
DIRETRIZ 9	D9	Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
E9.1	A9.1.1	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios.	<p>Principal: Secretaria Municipal de Assistência Social</p> <p>Parceiros: Secretaria Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, Secretaria de Turismo.</p>	<p>Atrair e estabelecer, até o final do próximo ano fiscal, novas empresas relacionadas à indústria do turismo, lazer, serviços e outras demandas locais identificadas por meio do mapeamento, incluindo restaurantes, hotéis, agências de turismo local e atividades afins, para Cabedelo. Isso deve resultar na criação de novos empregos em vários setores. Além disso, oferecer programas de capacitação profissional e suporte ao empreendedorismo à população local, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, capacitando-os para encontrar oportunidades de emprego nos setores identificados pelo mapeamento de demandas ou iniciar empreendimentos relacionados às necessidades locais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nº de empresas estabelecidas; - Mapeamento de demandas; - Criação de empregos; - Participação em programas de capacitação.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS									
DIRETRIZ 9	D9	Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A9.1.2	Média	Ação contínua	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios e possíveis incentivos governamentais	Principal: Secretaria Municipal de Assistência Social	Estabelecer e fortalecer, em curto prazo, uma rede de conselhos comunitários e mecanismos de diálogo que envolvam ativamente pelo menos 10% da população local em processos de definição, implementação e monitoramento de políticas públicas em Cabedelo. Garantir que as ações e programas resultantes desses processos estejam alinhados com as diretrizes do Plano Municipal de Assistência Social (2022) e abordem diversas dimensões das desigualdades sociais, promovendo assim uma participação comunitária eficaz no desenvolvimento social do município.	- Taxa de participação comunitária; - Implementação de políticas baseadas em diálogo comunitário; - Índice de satisfação da comunidade.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS									
DIRETRIZ 9	D9	Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A9.1.3	Média	Curto	Todo o município	R\$ 85.000,00 ¹³	Recursos próprios e possíveis incentivos governamentais.	Secretaria Municipal de Segurança e Defesa da Cidadania	Expandir o quadro técnico relacionado aos serviços de segurança pública em Cabedelo, contratando novos profissionais qualificados e proporcionando capacitação contínua para a equipe existente até o final do próximo ano fiscal. Além disso, assegurar que todos os profissionais de segurança pública participem de treinamentos específicos para melhorar a comunicação com a comunidade e a eficácia de suas operações.	- Taxa de ampliação do quadro técnico; - Participação em treinamentos de comunicação; - Índice de percepção da comunidade.

¹³ Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para capacitação de recursos humanos.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS									
DIRETRIZ 9	D9	Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A9.1.4	Alta	Curto	Comunidades ribeirinhas	Técnico-administrativo	Recursos próprios e possíveis incentivos governamentais.	Principal: Secretaria Municipal de Assistência Social Parceiros: - Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Saúde	Garantir que as comunidades ribeirinhas em Cabedelo tenham acesso contínuo e adequado a serviços básicos, incluindo saúde, educação, água potável e saneamento, de acordo com os padrões de qualidade estabelecidos. Além disso, promover e apoiar atividades que valorizem as culturas e modos de vida tradicionais das comunidades ribeirinhas, preservando sua identidade cultural.	<ul style="list-style-type: none"> - Acesso à serviços básicos; - Participação em atividades culturais tradicionais; - Índice de satisfação das comunidades ribeirinhas.
E9.2	A9.2.1	Alta	Ação contínua.	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios.	Principal: Secretaria Municipal de Assistência Social Parceiros: - Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Conduzir um levantamento abrangente das principais barreiras de comunicação existentes em espaços públicos, edificações e serviços em Cabedelo. Utilizar os resultados do levantamento para elaborar um plano estratégico de eliminação gradual dessas barreiras, priorizando áreas de maior demanda e vulnerabilidade, e iniciar a implementação das medidas prioritárias identificadas.	<ul style="list-style-type: none"> - Número de barreiras identificadas; - Implementação de medidas de eliminação; - Avaliação da comunidade.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS									
DIRETRIZ 9	D9	Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A9.2.2	Alta	Ação contínua	Todo o município	R\$ 250.000,00 ¹⁴	Recursos próprios.	<p>Principal: Secretaria Municipal de Assistência Social</p> <p>Parceiros: - Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Saúde</p>	Implementar um programa de capacitação contínua para profissionais da área de atendimento ao público em Cabedelo, com foco na inclusão de pessoas com deficiência. O programa deverá abranger uma parcela significativa desses profissionais, garantindo que estejam devidamente treinados para oferecer um atendimento inclusivo, respeitoso e sensível às necessidades das pessoas com deficiência.	- Número profissionais egressos e matriculados no programa por ano

¹⁴ Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para a manutenção do Centro de Capacitação Profissional, o qual poderia abrigar programas de capacitação.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS									
DIRETRIZ 9	D9	Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A9.2.3	Alta	Ação contínua.	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios, incentivos governamentais e de ONGs.	Principal: Secretaria Municipal de Assistência Social Parceiros: - Secretaria Municipal de Educação - Secretaria Municipal de Saúde - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Estabelecer parcerias estratégicas com instituições de pesquisa, ONGs e empresas do setor de acessibilidade e tecnologia assistiva, com o objetivo de adquirir recursos técnicos, expertise e financiamento para promover a acessibilidade em todos os setores da cidade. Essas parcerias devem resultar na identificação e implementação de soluções de acessibilidade, como rampas de acesso, dispositivos de comunicação alternativa, audiodescrição, entre outros, de acordo com as necessidades específicas identificadas no município de Cabedelo.	- Nº de parcerias estabelecidas; - Implementação de soluções de acessibilidade; - Avaliação da comunidade.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS											
DIRETRIZ 9	D9	Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E9.3	Fortalecer o CRAS e construir uma nova Cozinha Comunitária em Cabedelo por meio de ações que envolvam estudos de demanda, capacitação dos profissionais e busca por parcerias.	A9.3.1	Realizar estudos de demanda para identificar as áreas do município de Cabedelo com maior vulnerabilidade social e necessidade de expansão dos CRAS. A partir desses estudos, definir a localização estratégica para a ampliação dos CRAS, garantindo que estejam próximos às comunidades em situação de maior vulnerabilidade.	Alta	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios e incentivos e fundos governamentais.	Principal: Secretaria Municipal de Assistência Social Parceiros: Secretaria Municipal de Infraestrutura	Conduzir estudos de demanda abrangentes para identificar as áreas do município de Cabedelo com maior vulnerabilidade social e necessidade de expansão dos CRAS. Com base nos resultados desses estudos, definir a localização estratégica para a ampliação dos CRAS, garantindo que estejam próximos às comunidades em situação de maior vulnerabilidade.	- Percentual de estudos de demandas concluídos; - Localização estratégica dos novos CRAS;
		A9.3.2 ¹⁵	Criar um banco de terras públicas com vistas a implantação de um novo CRAS e uma cozinha comunitária, por meio da utilização dos instrumentos de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) e do Direito de Preempção.	Alta	Longo	Todo o município	Técnico-administrativo ¹⁶	Recursos próprios	Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo	Aumentar o estoque de terras públicas anualmente	-Número de imóveis notificados para o Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios (PEUC) por ano -Número de imóveis adquiridos com o uso dos instrumentos do Direito de Preempção pela Prefeitura Municipal

¹⁵ O banco de terras públicas é o mesmo citado nas ações A4.1.2 e A7.1.2.

¹⁶ A aplicação do PEUC e do Direito de Preempção pode ser iniciada a partir da aprovação do Plano Diretor Municipal, sendo necessário considerar custos de pessoal para fiscalização e encaminhamento dos trâmites burocráticos. Os recursos a serem empenhados na aquisição do banco de terras públicas por meio dos instrumentos deverão ser avaliados caso a caso.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS									
DIRETRIZ 9	D9	Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A9.3.3	Alta	Ação contínua.	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios.	Principal: Secretaria Municipal de Assistência Social	Implementar um programa de capacitação contínua para os profissionais dos CRAS em Cabedelo, abrangendo áreas como atendimento humanizado, orientação adequada aos usuários e articulação com outros serviços e programas sociais. Garantir que todos os profissionais passem por treinamentos e cursos de aprimoramento.	- Percentual de profissionais capacitados; - Melhoria na qualidade do atendimento.

VERSÃO PRELIMINAR

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS									
EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SOCIAIS									
DIRETRIZ 9	D9	Adequar e ampliar a oferta e a qualidade do atendimento dos Equipamentos de Assistência Social em Cabedelo.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A9.3.4	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios, possíveis incentivos governamentais e parcerias com ONGs e setor privado.	<p>Principal: Secretaria Municipal de Assistência Social</p> <p>Parceiros: Secretaria Municipal de Infraestrutura</p>	Concluir os estudos de viabilidade para a construção de uma nova cozinha comunitária em Cabedelo, assegurando que atenda aos critérios rigorosos de segurança alimentar e nutricional. Estabelecer parcerias estratégicas com instituições governamentais, organizações não governamentais e o setor privado para garantir a viabilidade e o funcionamento sustentável da nova cozinha, compartilhando responsabilidades e recursos.	<ul style="list-style-type: none"> - Progresso na conclusão do estudo de viabilidade; - Nº de parcerias estabelecidas; - Efetivação da construção da nova cozinha comunitária.

Fonte: URBTEC™ (2023).

Produto 7 – Plano de Ação e Investimentos
2.1.5. Mobilidade urbana
Quadro 10 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 10)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
DIRETRIZ 10	D10	Otimizar o uso da infraestrutura viária existente									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E10.1	Otimizar o sistema viário municipal	A10.1.1	Elaborar estudos e projetos específicos nas principais vias municipais para implantação de binários	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Estudos e projetos elaborados em até 2 anos	- Acompanhamento do plano de vias da cidade
		A10.1.2	Realizar projeto de pavimentação em trechos municipais desprovidos de pavimento	Alta	Médio	Todo o município	R\$ 1.350.000,00	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	Ampliar a pavimentação das vias do município em 10%	- Extensão de vias com pavimentação nas calçadas
		A10.1.3	Concluir o processo de municipalização de trecho da BR-230.	Média	Longo	Área central do município de Cabedelo	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Municipalização de trecho da BR-230 em até 8 anos	- Extensão do trecho municipalizado da BR-230

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
DIRETRIZ 10	D10	Otimizar o uso da infraestrutura viária existente									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E10.2	Requalificar estrutura viária da área central, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal.	A10.2.1	Implementar a Zona 30 prevista pelo Plano de Mobilidade Urbana municipal, realizando sua delimitação e detalhamento.	Média	Médio	Bairro Centro		Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Delimitar e detalhar a Zona 30 em um ano	- Zona 30 implantada (sim/não)
		A10.2.2	Elaborar estratégias de trânsito compartilhado para diminuição da velocidade na área central, principalmente em áreas pertencentes à Zona 30.	Média	Médio	Bairro Centro	R\$ 350.000,00 ¹⁷	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - Secretaria Municipal de Infraestrutura - Secretaria Municipal de Comunicação	Reduzir, anualmente, o número de acidentes graves na região	- Número de acidentes graves
		A10.2.3	Implantar sistema de Estacionamento Rotativo na área central.	Média	Médio	Bairro Centro		Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Implantar estacionamento rotativo em um ano	- Número de vagas no sistema rotativo

¹⁷ Estimativa com base nos recursos destinados para a sinalização do trânsito de Cabedelo nos Planos Plurianuais. A estimativa considera as ações A10.2.1, A10.2.2, A10.2.3, A.10.2.4, A10.2.5, A10.3.1 e A10.3.2. Há que se considerar também custos técnico-administrativos decorrentes da disponibilização de um técnico para a definição das estratégias de implementação.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
DIRETRIZ 10		D10	Otimizar o uso da infraestrutura viária existente								
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
E10.2	Requalificar estrutura viária da área central, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal.	A10.2.4	Realizar a manutenção e requalificação da sinalização vertical e horizontal das vagas de estacionamento	Média	Curto	Todo o município	R\$ 350.000,00 ¹⁸	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Requalificar a sinalização das vagas em áreas centrais em um ano	- Número de vagas sinalizadas
		A10.2.5	Realizar a redistribuição das vagas de estacionamento na região central da cidade.	Média	Curto	Bairro Centro		Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Ampliar o número de vagas disponíveis na região central	- Número de vagas na região central
E10.3	Mitigar os conflitos viários existentes entre o Porto de Cabedelo e o sistema viário urbano, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal.	A10.3.1	Monitorar a implantação de estacionamento de caminhões e veículos de grande porte e área de descanso para caminhoneiros.	Alta	Curto	Bairro Recanto do Poço	R\$ 350.000,00 ¹⁸	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Companhia Docas	Reduzir o número de caminhões e veículos de grande porte estacionados em vias urbanas	- Número de estacionamentos de descanso implantados
		A10.3.2	Implementar balizadores retráteis ou removíveis em locais restritos em relação ao tráfego regular de caminhões.	Média	Curto	Todo o município		Recursos próprios	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	Reduzir o número de caminhões e veículos de grande porte estacionados em vias urbanas	- Número de balizadores implantados por ano

Fonte: URBTEC™ (2023).

¹⁸ Estimativa com base nos recursos destinados para a sinalização do trânsito de Cabedelo nos Planos Plurianuais. A estimativa considera as ações A10.2.1, A10.2.2, A10.2.3, A10.2.4, A10.2.5, A10.3.1 e A10.3.2. Há que se considerar também custos técnico-administrativos decorrentes da disponibilização de um técnico para a definição das estratégias de implementação.

Quadro 11 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 11)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
DIRETRIZ 11		D11	Aumentar a atratividade do transporte público coletivo no município e sua utilização pela população.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
E11.1	Melhorar a infraestrutura relativa ao Transporte de Ônibus Coletivo no município	A11.1.1	Garantir a qualidade das paradas de ônibus, com realização de reparos e melhorias nos pontos necessários, e implantação de novos abrigos.	Alta	Médio	Todo o município	R\$ 25.000,00 / unidade	Recursos próprios, Governo Estadual e empresas e ônibus	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - DER/PB - Consórcio Metropolitan	100% dos pontos de ônibus em boas condições em até 7 anos	- Número de pontos de ônibus qualificados por anos - % de pontos de ônibus em boas condições
		A11.1.2	Acompanhar a implantação dos abrigos de ônibus no projeto de triplicação da BR-230.	Alta	Curto	BR-230	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - DNIT	Realizar acompanhamento até a conclusão da obra	Não se aplica
E11.3	Elaborar e implantar um Plano de Transporte Coletivo Urbano Municipal Integrado, conforme proposto no Plano de Mobilidade Urbana do município.	A11.1.1	Elaborar estudo para a implantação de terminal de ônibus em local adequado para a permanência dos veículos	Alta	Médio	Todo o município	R\$ 150.000,00 ¹⁹	Recursos próprios	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	Estudo elaborado em até 6 anos	Estudo realizado (sim/não)
		A11.3.2	Avaliar ampliação no número de linhas para melhor cobertura do município, com a criação de mais linhas de ônibus para atender os bairros que se encontram fora da rota da BR-230. ²⁰								
		A11.3.3	Planejar a integração do transporte coletivo por ônibus com outros modos (ferroviário, cicloviário, aquaviário).								
		A11.3.4	Estudar a viabilidade de um programa de subsídio tarifário a partir da capacidade de investimento da Prefeitura Municipal.								

Fonte: URBTEC™ (2023).

¹⁹ Conforme Plano de Mobilidade Urbana.

²⁰ Conforme os resultados obtidos nos Fóruns Comunitários para revisão deste PDM, foi solicitado pela população a disponibilização de linhas de ônibus noturnas.

Quadro 12 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 12)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
DIRETRIZ 12		D12	Promover melhores condições de ciclomobilidade para a população de Cabedelo.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
E12.1	Implementação de um sistema de ciclovias e/ou ciclofaixas com maior abrangência municipal. ²¹	E12.1	Promover a interligação do sistema cicloviário existente, junto aos novos trechos de ciclovia a serem implantados no Projeto Orla e nas obras da BR-230.	Alta	Médio	Todo o município		Governo estadual, Governo Federal e outras fontes de financiamento	Principal: Secretaria Municipal De Mobilidade Urbana Parceiros: Secretaria de Infraestrutura	Implementar novos trechos de ciclovia em um ano	- Quilômetros implantados de ciclovia
		E12.2	Realizar projeto de sistema cicloviário que integre o maior número de bairros possível do município.	Alta	Médio	Todo o município	R\$ 2.000.000,00	Governo estadual, Governo Federal e outras fontes de financiamento	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Infraestrutura - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	5 km de ciclovias construídas por ano	- Quilômetros implantados de ciclovia
		E12.3	Realizar obras nas ciclovias pré-existentes do município em necessidade de reforma/revitalização.	Média	Curto	Todo o município		Governo estadual, Governo Federal e outras fontes de financiamento	Secretaria Municipal de Infraestrutura	Revitalizar malha cicloviária existente em um ano	- Quilômetros de ciclovias revitalizadas
		E12.4	Mapear os trechos componentes do sistema cicloviário existente e disponibilizar tal informação para a população.	Média	Curto	Todo o município		Governo estadual, Governo Federal e outras fontes de financiamento	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Comunicação	Trechos mapeados e disponibilizados para consulta em até 1 ano	- % de trechos mapeados

²¹ Em concordância com a ação A1.2.2: “Garantir a estruturação de uma rede cicloviária inicial já previstas em projetos em andamento (Triplificação BR-230 e Projeto Orla) de forma a fortalecer as centralidades intermediárias propostas e constituir uma rede policêntrica intramunicipal.”

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
DIRETRIZ 12	D12	Promover melhores condições de ciclomobilidade para a população de Cabedelo.									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
	E12.5		Criar rotas cicloturísticas que utilizem totens explicativos sinalizando o sistema cicloviário e os possíveis pontos de visitação.	Média	Longo	Todo o município	R\$ 60.000,00 ²²	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Turismo Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	Consolidar rotas cicloturísticas	- Número de totens instalados por ano
E12.2	Melhorar a segurança dos ciclistas no município.	E12.2.1	Criar material de divulgação sobre a educação no trânsito envolvendo a bicicleta, a ser disponibilizado em escolas e outros equipamentos públicos.	Média	Curto	Todo o município	Técnicos-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana Parceiros: - Secretaria Municipal de Comunicação	1 campanha realizada por ano	- Número de campanhas realizadas por ano
		E12.2.2	Melhorar a sinalização horizontal e vertical para delimitação das estruturas cicloviárias.	Média	Médio	Todo o município	R\$ 16.900,00	Recursos próprios	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	100% das estruturas cicloviárias com sinalização melhorada em até 6 anos	- % de infraestrutura cicloviária com sinalização melhorada
E12.3	Implantação de estruturas de suporte ao sistema cicloviário.	E12.3.1	Implantar paraciclos em, pelo menos, um terço das paradas de ônibus do município.	Média	Médio	Todo o município	R\$ 2.000,00/unidade	Recursos próprios	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	Um terço de paraciclos implantados em até 5 anos	- % de paraciclos instalados por paradas de ônibus
		E12.3.2	Construir bicicletários em mais regiões estratégicas da cidade, principalmente em polos geradores de viagens.	Alta	Médio	Todo o município	A depender de projeto específico	Recursos próprios	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	1 bicicletário implantado em até 5 anos	- Número de bicicletários instalados em um ano

Fonte: URBTEC™ (2023).

²² Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para a execução sinalização turística da cidade.

Quadro 13 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioespaciais, Mobilidade Urbana (Diretriz 13)

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
DIRETRIZ 13		D13	Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
E13.1	4.1 Implantar sinalização viária horizontal e vertical mais efetiva no município.	A13.1.1	Realizar diagnóstico e mapeamento da sinalização horizontal e vertical da cidade, com substituição e implantação de nova sinalização em locais defasados.	Média	Longo	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos próprios	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	- Diagnóstico e mapeamento da sinalização realizado em até 6 anos - Nova sinalização implantada em até 8 anos	- Diagnóstico e mapeamento realizado (sim/não) - % de vias com nova sinalização implantada
		A13.1.2	Implementar programa de poda da vegetação urbana a fim de evitar casos de obstrução da sinalização viária, conforme previsto no Plano de Mobilidade Urbana municipal.	Média	Curto	Todo o município	R\$ 17.900,00 por área podada	Recursos Próprios	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Programa implementado em até 3 anos	- Implementação do programa - Redução do número de colisões e acidentes
		A13.1.3	Estabelecer medidas de moderação de tráfego em locais com maior número de ocorrência de acidentes, conforme previsto no Plano de Mobilidade Urbana Municipal.	Alta	Médio	Todo o município	Técnico-administrativo	Recursos Próprios	Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	Estratégias de moderação de tráfego implantadas em até 5 anos	- % de vias com estratégias de moderação implantadas
		A13.1.4	Aumentar o quadro técnico para manutenção de todo sistema de sinalização vertical e horizontal.	Média	Médio	Todo o município	R\$ 125.000,00 ²³	Recursos Próprios	Secretaria Municipal de Infraestrutura	100% do município com vias sinalizadas	- Extensão de vias devidamente sinalizadas

²³ Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para a contratação por tempo determinado para a Secretaria de Infraestrutura.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
DIRETRIZ 13	D13	Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município.									
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO		
E13.2	4.2 Melhorar as condições de segurança e acessibilidade dos passeios públicos e das travessias de pedestres.	A13.2.1	Garantir a existência de uma iluminação pública com eficiência ambiental e energética que forneça segurança aos pedestres, com monitoramento constante de lâmpadas queimadas a serem trocadas.	Média	Permanente	Todo município	R\$ 1.800.000,00 ²⁴	Recursos Próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	100% das vias municipais com iluminação pública	Extensão de vias com iluminação pública
		A13.2.2	Realizar programa para correção e instalação de rampas e pisos táteis que estiverem fora dos padrões NBR9050, conforme previsto no Plano de Mobilidade municipal.	Média	Permanente	Todo município	R\$ 760,00/m	Recursos Próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Infraestrutura Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana	100% das vias municipais com iluminação pública	Extensão de vias com iluminação pública
		A13.2.3	Elaborar projeto que estabeleça rotas acessíveis e em lugares de maior circulação do município, implantando sinalização sonora junto aos semáforos, bem como piso tátil e travessias elevadas.	Alta	Longo	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos Próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência	- Projeto elaborado em até 8 anos - Adequação das rotas realizada em até 10 anos	- Projeto elaborado (sim/não) - % de rotas acessíveis adequadas

²⁴ Estimativa com base no Orçamento-Programa de 2023 para a manutenção e ampliação do sistema de iluminação pública.

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS											
MOBILIDADE URBANA											
DIRETRIZ 13		D13	Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A13.2.4	Elaborar estudos que criem alternativas para a transposição dos pedestres na BR-230 por passarelas, verificando outras formas mais convidativas para o pedestre.	Alta	Médio	BR-230	Técnico-administrativos	Recursos Próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - DNIT	- Estudos elaborados em até 6 anos	- Estudos elaborados (sim/não)	
	A13.2.5	Acompanhar execução de passarelas em pontos estratégicos que auxiliem a transposição segura da BR-230 pelos pedestres (em andamento).	Alta	Curto	BR-230	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (monitoramento) Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - DNIT	- Passarelas executada em até 3 anos	- % de passarelas previstas executadas	
E13.3	4.3 Promover a regularização de calçadas e vias existentes	A13.3.1	Realizar e executar projetos de expansão de calçadas em áreas identificadas como regiões de grande fluxo de automóveis e pedestres e que possuam pouco espaço de circulação.	Alta	Longo	Todo o município	R\$ 760,00/m	Recursos Próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - Secretaria Municipal de Infraestrutura	- 1 projeto de expansão de calçadas elaborado e executado por ano - 100% das áreas identificadas com projeto executado em até 8 anos	- Número de projetos executados por anos - % de áreas identificadas com projeto executado

ASPECTOS SOCIOESPACIAIS										
MOBILIDADE URBANA										
DIRETRIZ 13	D13	Priorizar a mobilidade pedonal, promovendo maior segurança para os pedestres no município.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A13.3.2	Desenvolver um Plano Emergencial de Calçadas para a manutenção corretiva das vias públicas com necessidade de reparo.	Alta	Médio	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Plano desenvolvido em até 5 anos	- Plano desenvolvido (sim/não)
E13.4	A13.4.1	Elaborar um Manual de calçadas que estabeleça os padrões necessários para a regularização e implementação de calçadas em Cabedelo.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação Parceiros: - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana - Secretaria Municipal de Infraestrutura	Manual elaborado em até 2 anos	- Manual elaborado (sim/não)
	A13.4.2	Criar campanhas de conscientização e fiscalização sobre as práticas instituídas no Manual de Calçadas.	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação Parceiros: - Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo - Secretaria Municipal de Comunicação	1 campanha realizada por ano	- Número de campanhas realizadas por ano

Fonte: URBTEC™ (2023).

2.2. Aspectos Ambientais

Quadro 14 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Ambientais (Diretriz 14)

ASPECTOS AMBIENTAIS											
DIRETRIZ 14		D14	Realizar a gestão das áreas de risco de ocupação irregular em áreas ambientalmente frágeis.								
ESTRATÉGIA		AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
E14.1	Executar ações para remoção de usos e atividades nocivas ao meio ambiente nas áreas com restrição ambiental.	A14.1.1	Identificar e mapear áreas com restrição ambiental e de atividades nocivas.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo	Mapear as áreas em até 3 anos	- % do território do município mapeado
		A14.1.2	Levantar e monitorar as ocupações em área de risco.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo	- Mapear as áreas em até 2 anos - Produzir 1 relatório de monitoramento por semestre	- % do território do município mapeado - Relatórios de monitoramento produzidos por semestre
		A14.1.3	Arrecadar recursos financeiros para a execução dos planos de realocação.	Alta	Médio	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação	Arrecadar recursos em até 3 anos	- % necessária arrecadada (montante arrecadado/total necessário para as realocações)
		A14.1.4	Criar planos para a recuperação de áreas degradadas pela atividade antrópica.	Média	Longo	Todo o município	<i>Em elaboração</i>	<i>Em elaboração</i>	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Elaborar e executar planos em até 8 anos	- Planos criados por ano - % de área recuperada (área recuperada/área total que requer recuperação)
E14.2	Mapear as áreas ambientalmente	A14.2.1	Mapear e classificar todos os rios, córregos e lagos no Município de Cabedelo.	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	- Mapear corpos hídricos em até 3 anos	- % do território do município mapeado

ASPECTOS AMBIENTAIS										
DIRETRIZ 14		D14	Realizar a gestão das áreas de risco de ocupação irregular em áreas ambientalmente frágeis.							
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
frágeis considerando a aptidão do solo local.	A14.2.2	Instituir um sistema de monitoramento da qualidade dos recursos hídricos no Município de Cabedelo (em andamento).	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura - SUDEMA - IBAMA	- Sistema instituído em até 2 anos - Produzir 1 relatório de qualidade da água por mês	- Sistema de monitoramento em funcionamento (sim/não) - Número de relatórios produzidos por mês
	A14.2.3	Realizar campanhas de usos consciente da água e despoluição dos rios no Município de Cabedelo.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal de Comunicação - Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura - SUDEMA - IBAMA	- 1 campanha realizada por semestre	- Número de campanhas realizadas por ano
E14.3 Elaborar o Plano Municipal de gerenciamento de recursos hídricos.	A14.3.1	Criar políticas e diretrizes orientadas à proteção das águas em sua jurisdição.	Alta	Curto	Todo o município	R\$ 300.000,00	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo	- Concluir elaboração do PMGRH em 5 anos - Identificar 100% das ocupações em APP em até 3 anos	- % do PMGRH concluído - % da área do município mapeado
	A14.3.2	Identificar conflitos de uso existentes ou potenciais.	Alta	Curto	Todo o município		Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo		
	A14.3.3	Identificar o grau de ocupação das Áreas de Preservação Permanente em áreas urbanas.	Alta	Médio	Todo o município		Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo		

Fonte: URBTEC™ (2023).

Quadro 15 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Ambientais (Diretriz 15)

ASPECTOS AMBIENTAIS											
DIRETRIZ 15		D15	Realizar a gestão de áreas verdes e áreas especiais em âmbito municipal								
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
E15.1	Proteger e valorizar os remanescentes de vegetação do município.	A15.1.1	Criar praças e bosques com espaços para atividades físicas e lazer.	Alta	Longo	Todo o município	R\$ 2.681.032,98	Recursos próprios e possíveis incentivos governamentais.	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação - Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer	- Atingir 12m ² de área verde por habitante em praças e parques acessíveis ²⁵	- Número de praças e bosques criados
		A15.1.2	Desenvolver programas de reflorestamento no município.	Média	Longo	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios e possíveis incentivos governamentais.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Elaborar e executar planos em até 10 anos	- Planos criados por ano - % de área reflorestada (área recuperada/área total que requer recuperação)
		A15.1.4	Elaborar Plano de Arborização Urbana e definir a arborização como elemento básico de projetos de passeios públicos.	Alta	Médio	Todo o município	R\$ 25.000,00 ²⁶	Recursos próprios e possíveis incentivos governamentais.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	- Elaborar plano em até 5 anos - Definir a arborização como elemento básico de projetos de passeios em até 3 anos	- Plano criado (sim/não) - % de projetos de passeios públicos com arborização
E15.2	Incentivar a preservação do meio ambiente, da biodiversidade e dos recursos hídricos.	A15.2.1	Fomentar programas com os incentivos ao pagamento pelos serviços ambientais de acordo com a Lei nº 14.119 de 13/01/2021 Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais.	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal de Receita	- Implementar um projeto pagamento por serviços ambientais em até 2 anos	- % de recursos do orçamento destinados ao projeto do PSA

²⁵ Índice mínimo definido pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

²⁶ Com base no Orçamento-Programa de 2023 para investimentos na execução de paisagismo e arborização urbana.

ASPECTOS AMBIENTAIS											
DIRETRIZ 15		D15	Realizar a gestão de áreas verdes e áreas especiais em âmbito municipal								
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
		A15.2.2	Desenvolver programas de conscientização ambiental sobre a importância das UCs e APPs.	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal de Comunicação - Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura - SUDEMA - ICMBio	- 1 campanha realizada por ano	- Número de campanhas realizadas por ano
E15.3	Realizar a gestão do uso e ocupação e dos impactos ambientais às áreas de manguezais no município de Cabedelo.	A15.3.1	Mapear as áreas de manguezais, bem como área degradadas pela atividade antrópica.	Alta	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal do Controle do Uso e Ocupação do Solo	Mapear as áreas em até 3 anos	- % do território do município mapeado
		A15.3.2	Criação de programas de conscientização da conservação dos manguezais.	Média	Curto	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal de Comunicação - Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura - SUDEMA - ICMBio	- 1 campanha realizada por ano	- Número de campanhas realizadas por ano

ASPECTOS AMBIENTAIS									
DIRETRIZ 15	D15	Realizar a gestão de áreas verdes e áreas especiais em âmbito municipal							
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
	A15.3.3	Média	Médio	Todo o município	Técnico-administrativos	Recursos próprios	Principal: - Secretaria Municipal de Meio Ambiente Parceiros: - Secretaria Municipal de Pesca e Aquicultura - SUDEMA - IBAMA	- Sistema instituído em até 7 anos - Produzir 1 relatório de qualidade da água por mês	- Sistema de monitoramento em funcionamento (sim/não) - Número de relatórios produzidos por mês

Fonte: URBTEC™ (2023).

VERSÃO PRELIMINAR

2.3. Aspectos Socioeconômicos

Quadro 16 - Plano de Ação e Investimentos: Aspectos Socioeconômicos (Diretriz 16)

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS											
DIRETRIZ 16		D16	Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
E16.1	Monitorar obras de complementação da infraestrutura logística na escala regional e municipal	A16.1.1	Acompanhar o projeto de construção da ponte sobre o Rio Paraíba: Cabedelo/Lucena, conforme prevista no Programa Estadual de Parceria Público-Privada - Plano Estadual 2020/2021 (Decreto no 40.979/2021).	Alta	Curto	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	Secretaria de Infraestrutura	Conclusão da ponte sobre o Rio Paraíba: Cabedelo/Lucena	- Construção da Ponte sobre o Rio Paraíba: Cabedelo/Lucena concluída
		A16.1.2	Acompanhar as ações que compõem o Plano de Ações do Complexo Portuário de Cabedelo segundo especificadas pelo Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo (MTPA, 2018). Essas ações estão organizadas de acordo com o escopo ao qual se referem, a saber: i) melhorias operacionais; ii) investimentos portuários; iii) acessos ao Complexo Portuário; iv) gestão portuária; v) meio ambiente; e vi) interações porto-cidade.	Alta	Curto	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação e Secretaria de Meio Ambiente, Pesca e Aquicultura	Implementação do Plano de Ações do Complexo Portuário de Cabedelo segundo especificadas pelo Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo (MTPA, 2018)	- Plano de Ações do Complexo Portuário de Cabedelo segundo especificadas pelo Plano Mestre do Complexo Portuário de Cabedelo (MTPA, 2018) implementado
E16.2	Estimular a diversificação e o aumento do grau de endogenia das das atividades econômicas	A16.2.1	Implementar e estimular a adesão de empreendimentos econômicos no Programa Desenvolver Cabedelo, um instrumento de promoção da inclusão social e do desenvolvimento dos setores econômicos, cujas atividades necessitem de suporte financeiro, através de programas especiais de capacitação empreendedora e financiamento (Lei no 2.231/2022).	Alta	Contínua	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios, inclusive recursos do Fundo Municipal de Apoio aos Pequenos Negócios (Lei nº 2.231/2022).	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTIN). Uma das atribuições dessa secretaria é Promover, estimular e apoiar o processo de desenvolvimento econômico das iniciativas privadas relacionadas com o setor industrial, comercial e serviços;	Ampliar o número de empreendimentos econômicos beneficiados pelo Programa Desenvolver Cabedelo	- Número de empreendimentos econômicos beneficiados pelo Programa Desenvolver Cabedelo
E16.3	Fortalecer o Ecossistema Municipal de Inovação. Segundo o Decreto Federal	A16.3.1	Mapear os atores locais do Ecossistema Municipal de Inovação segundo o modelo da quádrupla hélice: governo, empresa, ICT e organizações da sociedade civil.	Alta	Curto	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	SECTIN	Mapa dos Atores Locais do Ecossistema Municipal de Inovação elaborado	- Mapa elaborado

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS									
DIRETRIZ 16		D16	Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.						
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO
no 9.283/2018 que regulamenta a Lei Federal no 10.973/2004 (Lei de Inovação), ecossistemas de inovação se referem a espaços que agregam infraestrutura e arranjos institucionais e culturais; e atraem empreendedores e recursos financeiros, de forma a se constituírem como lugares que potencializam o desenvolvimento da sociedade do conhecimento.	A16.3.2	Alta	Médio	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	SECTIN	SECTIM consolidada como instituição gestora do Ecossistema Municipal de Inovação.	- Secretaria consolidada e gerindo o Ecossistema Municipal de Inovação
	A16.3.3	Alta	Curto	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	SECTIN	Estratégia e a Política Municipal da Ciência, Tecnologia e Inovação estabelecidas	- Estratégia estabelecida - Lei específica aprovada na Câmara Municipal
	A16.3.4	Alta	Médio	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	SECTIN, Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores	Lei de Inovação aprovada	- Número de comissões, estudos e debates entre a Câmara Municipal e a Prefeitura
	A16.3.5	Alta	Médio e longo prazo, na medida que a Lei de Inovação for aprovada	Município de Cabedelo	Dispêndios em P&D correspondentes 0,8% das receitas totais do município, equivalente ao percentual observado para o estado da Paraíba (Fonte: Indicadores Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação, MCTI)	Recursos próprios, estaduais, FAPESQ - Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba e instituições do Governo Federal (CNPq e Finep)	SECTIN	Dispêndios em P&D correspondentes 0,8% das receitas totais do município,	- Valor dos dispêndios em CT&I por parte da Prefeitura Municipal

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS											
DIRETRIZ 16		D16	Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO		PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
E16.4	Promover as atividades turísticas do município	A16.4.1	Articular as iniciativas da Prefeitura Municipal, dos Governos Federal e Estadual e do setor privado visando o desenvolvimento das atividades turísticas locais.	Alta	Médio	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	Secretaria Municipal do Turismo, Ministério do Turismo, Embratur, Secretaria Estadual de Turismo e Desenvolvimento Econômico e atores privados locais do Ecosistema Municipal do Turismo	Fortalecimento do Ecosistema Municipal do Turismo	- Número de iniciativas realizadas
		A16.4.2	Elaborar um Plano Municipal de Turismo no âmbito do Plano Estratégico de Desenvolvimento Territorial do Turismo da Paraíba. Esse Plano visa orientar o desenvolvimento descentralizado da atividade turística, a partir da interiorização das ações e investimentos definidos e priorizados numa carteira de projetos estratégicos, com inclusão das comunidades produtivas, objetivando a melhoria da qualidade de vida da população paraibana.	Alta	Curto	Município de Cabedelo	Contratação de consultoria especializada: R\$ 100 mil.	Recursos próprios	Secretaria Municipal do Turismo	Plano Municipal de Turismo elaborado	- % do processo para elaboração do Plano Municipal de Turismo concluídos
		A16.4.3	Estruturar o município de Cabedelo com um Destino Turístico Inteligente - DTI. O Ministério do Turismo considera do DTI aquele destino turístico que gerencia seus processos e seu território de forma inovadora e sustentável, estando comprometido com pilares que impactem positivamente tanto a qualidade de vida dos moradores, quanto a experiência dos turistas (BRASIL, 2022).	Alta	Médio	Município de Cabedelo	Contratação de consultoria especializada: R\$ 150 mil.	Recursos correntes da Prefeitura Municipal, do Ministério do Turismo, SEBRAE e do BID. Fonte: Programa Turismo Futuro Brasil (SEBRAE / BID) e MTUR (Destinos Turístico	Secretaria Municipal do Turismo	Município de Cabedelo estruturado como Destino Turístico Inteligente - DTI	- Número de estratégias aplicadas para a qualificação do turismo de Cabedelo como DTI por ano

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DIRETRIZ 16	D16	Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A16.4.4	Estabelecer boas práticas de Turismo Inteligente: acessibilidade (para todos; de informações; e de mobilidade); sustentabilidade; digitalização; e herança cultural e criatividade.	Alta	Médio	Município de Cabedelo	A ser definido pela Ação A16.4.3.	Recursos correntes da Prefeitura Municipal, do Ministério do Turismo, SEBRAE e do BID. Fonte: Programa Turismo Futuro Brasil (SEBRAE / BID) e MTUR (Destinos Turístico	Secretaria Municipal do Turismo	Município de Cabedelo com boas práticas de Turístico Inteligente - DTI	- Número de reuniões e debates na Secretaria de Turismo
	A16.4.5	Desenvolver e implantar o mapeamento / aplicativo (app) “Conheça Cabedelo e seus Atrativos Turísticos”, de forma promover, fomentar e divulgar atrativos, rotas do turismo local e regional e calendário de eventos no município e região.	Alta	Médio	Município de Cabedelo	Contratação de consultoria especializada: R\$ 85.000,00	Recursos próprios	Secretaria Municipal do Turismo	Aplicativo “Conheça Cabedelo e seus Atrativos Turísticos” desenvolvido e em uso	- Reuniões com a consultora especializada e entrega do aplicativo
	A16.4.6	Promover atrativos turísticos relacionados às manifestações de economia criativa (p. ex., artesanato e gastronomia)	Alta	Curto	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	Secretaria Municipal do Turismo	Consolidação de um circuito de turismo vinculado à economia criativa no município	- Reuniões e debates da Secretaria de Turismo sobre o tema
	A16.4.7	Promover parcerias visando a realização de eventos de importância para as atividades turísticas locais.	Alta	Curto	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	Secretaria Municipal do Turismo	Ampliação do número de eventos realizados por ano	- Número de parcerias realizadas
	A16.4.8	Melhorar as condições da infraestrutura turística, entendida como o conjunto de instalações físicas e de fornecimento de bens e serviços do município destinado ao atendimento de turistas.	Alta	Médio e longo prazo	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual	Orçamentos dos Governos Municipal e Estadual	Secretaria Municipal do Turismo	100% das instalações físicas e de fornecimento de bens e serviços do município destinado ao atendimento de turistas melhoradas	Número de instalações físicas e de fornecimento de bens e serviços do município destinado ao atendimento de turistas melhoradas

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS										
DIRETRIZ 16	D16	Complementar a infraestrutura logística regional, diversificar as atividades econômicas e aumentar o grau de endogenia dessas atividades de forma ampliar a inserção, a centralidade regional e o dinamismo da economia local.								
ESTRATÉGIA	AÇÃO	PRIORIDADE	PRAZO DE EXECUÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO ESTIMADO	FONTE(S) DE RECURSOS	ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS	META	INDICADORES DE MONITORAMENTO	
	A16.4.9	Estruturar ou revitalizar centros de comercialização de produtos associados ao turismo.	Alta	Médio e longo prazo	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual	Orçamentos dos Governos Municipal e Estadual	Secretaria Municipal do Turismo	100% dos centros de comercialização de produtos associados ao turismo revitalizados.	Centros de comercialização de produtos associados ao turismo revitalizados
	A16.4.10	Estimular e apoiar o setor privado no fortalecimento da identidade do município, incentivando a exposição da marca cabedelense.	Alta	Médio e longo prazo	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal	Recursos próprios	Secretaria Municipal do Turismo	Difusão da exposição da marca cabedelense associada ao Turismo nas escalas estadual, federal e internacional	Pesquisa sobre a Percepção do Turismo em Cabedelo
	A16.4.11	Criar cursos preparatórios para a formação e a capacitação profissional, visando atender ao desenvolvimento da atividade turística do Município, por meio de parcerias com Instituições de pesquisa e o setor produtivo.	Alta	Ação contínua	Município de Cabedelo	Custo unitário: R\$ 180.000,00 (R\$ 3.600,00 por CNPJ, 50 CPF por turma e 96 horas)	Recursos próprios, recursos privados e de instituições parceiras, como o SEBRAE	Secretaria Municipal do Turismo	Formação e a capacitação profissional de 100% dos profissionais do setor de turismo	Número de profissionais do setor de turismo formados e capacitados
	A16.4.12	Operar o Fundo Municipal de Turismo segundo as finalidades previstas no Art. 1º da Lei Municipal no 2.164/2021.	Alta	Ação contínua	Município de Cabedelo	Recursos do Fundo Municipal de Turismo	Recursos próprios	Secretaria Municipal do Turismo	Empenhar 100% dos recursos do Fundo Municipal de Turismo	Valor dos recursos do Fundo Municipal de Turismo empenhados
	A16.4.13	Estimular e apoiar a criação de novos atrativos turísticos, priorizando aqueles com maior potencial de geração de emprego e renda e voltados para o turismo sustentável.	Média	Ação contínua	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual	Orçamentos dos Governos Municipal e Estadual	Secretaria Municipal do Turismo	Criação de novos atrativos turísticos	Número de atrativos turísticos criados
	A16.4.14	Criar formas de incentivo para o fortalecimento da rede hoteleira no município.	Alta	Ação contínua	Município de Cabedelo	Recursos correntes da Prefeitura Municipal e do Governo Estadual	Orçamentos dos Governos Municipal e Estadual	Secretaria Municipal do Turismo	Fortalecimento da rede hoteleira no município	Número de maios de hospedagem incentivados; e Valor dos incentivos concedidos aos meios de hospedagem

Fonte: URBTEC™ (2023).